



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
Secretaria do Planejamento  
e Gestão

# IPECE

# Informe

Nº 148 – abril 2019

Projeto **PforR**: Contribuições,  
lições aprendidas e melhores  
práticas

**IPECE** INSTITUTO  
DE PESQUISA  
E ESTRATÉGIA  
ECONÔMICA  
DO CEARÁ

## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Sobreiro de Santana – Governador

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho – Vice Governadora

## SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Carlos Mauro Benevides Filho – Secretário

## INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

João Mário Santos de França – Diretor Geral

### IPECE Informe - nº 148 – abril 2019

EQUIPE TÉCNICA – UGP PforR– 2014/2019

#### Coordenação do Projeto – UGP PforR

Viviane Ramos da Costa

#### Monitoramento e Controle do Projeto – UGP PforR

Laura Carolina Gonçalves

#### Gerenciamento Financeiro do Projeto

Thâmara Aragão Teixeira Fernandes

#### Suporte Operacional e Logístico ao Projeto

Fabiana Silva de Castro

#### Consultores – UGP PforR

Giuseppe Furtado Nogueira

Rodrigo José Almeida Rufino

André Morel Gonzaga

## REPRESENTANTES DO COMITÊ PFORR

ADECE	Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará Sylvana Holanda, Cecy de Castro
ARCE	Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Ceará Alexandre Caetano; Marcelo Silva de Almeida
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará Fabiola Costa Cunha, Robervânia da Silva Barbosa
CIDADES	Secretaria das Cidades Marcella Facó Soares, Mariana Ferreira de Oliveira
CGE	Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado Paulo Roberto de Carvalho Nunes, Antônio Marconi Lemos da Silva
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos Francisco Hoilton Araripe Rios, Meiry Sayuri Sakamoto
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará Victor Hugo de Oliveira Silva, Nicolino Trompieri, Jimmy Oliveira
PGE	Procuradoria Geral do Estado Antônia Tânia Trajano Bezerra, Mary Ane Vale Ferreira
SDE	Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Ceará Francisco Oscar Nogueira, Fernando Barreto Costa
SECITECE	Secretaria de Ciência e Tecnologia Flaviana Ferreira Pereira, Tarcísio Hiller de Vasconcelos Filho
SEDUC	Secretaria de Educação Temis Jeanne F. Brandão dos Santos, Márcio P. de Brito, Jussara de Luna Batista
SEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente Maria Dias Cavalcante, Magda Marinho Braga
SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente Tiago Bessa Aragão, Elisabete Maria Cruz Romão
SEPLAG	Secretaria de Planejamento e Gestão Francisco Aduino de Oliveira, Raimundo Avilton Menezes Júnior
SESA	Secretaria de Saúde Danielle Montenegro Melo Freitas, Emanuela Machado Aguiar Rebouças
SRH	Secretaria de Gestão dos Recursos Hídricos Heloísa Helena Garcia, Sérgio Moreira Câmara
STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social Sebastião Lopes, Mary Anne Libório P. Ribeiro, Rosilene Ribeiro
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos Denilson Marcelino Fidelis, Sarah Furtado
TCE	Tribunal de Contas do Estado do Ceará Glinton José Bezerra de Carvalho Ferreira, Delinda Maria Almeida de Oliveira

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

### Missão

Propor políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Ceará por meio da geração de conhecimento, informações geossocioeconômicas e da assessoria ao Governo do Estado em suas decisões estratégicas.

### Valores

Ética e transparência; Autonomia técnica; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

### Visão

Ser uma Instituição de pesquisa capaz de influenciar de modo mais efetivo, até 2025, a formulação de políticas públicas estruturadoras do desenvolvimento sustentável do estado do Ceará.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)  
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, térreo – Cambéa  
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora CEP: 60830-120 - Fortaleza - CE.  
Tel. (85) 3101-3496 ouvidoria@ipece.ce.gov.br [www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

## Sobre o IPECE Informe

A Série IPECE Informe disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

## Nesta Edição

*Este número faz uma breve avaliação das contribuições, lições aprendidas e melhores práticas do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental – PforR Ceará. Acordo de Empréstimo assinado em dezembro de 2013 entre o Banco Mundial e o Governo do Estado do Ceará, o Projeto PforR teve vigência de 5 (cinco) anos, encerrando-se em janeiro de 2019.*

*A proposta do Projeto PforR Ceará foi continuar avançando nos principais indicadores sociais do SWAp I e II, operações com o Banco Mundial que antecederam o PforR, para consolidar conquistas já alcançadas pelo Estado, incorporando, ao mesmo tempo, a preocupação do Governo do Estado do Ceará com o meio ambiente e com a redução das desigualdades socioeconômicas. Verifica-se que o impacto desses projetos não se dá somente pelo alcance das metas acordadas, que em última instância garantem o recebimento dos recursos, mas também na melhoria do desempenho operacional das Setoriais que propiciam mudanças institucionais positivas na gestão pública do Estado do Ceará.*

*Para essas mudanças acontecerem foi decisiva a participação efetiva e o desempenho profissional de todos os representantes das setoriais envolvidas no Projeto, a quem agradecemos a contribuição na elaboração deste documento.*

# Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. A METODOLOGIA DO PFORR .....	5
2.1 Objetivo .....	5
2.2 Projeto PforR: Principais Características.....	5
3. BOAS PRÁTICAS DO PROJETO PFORR.....	8
4. ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO .....	9
5. EXPERIÊNCIA ADQUIRIDA NO PROJETO – LIÇÕES APRENDIDAS.....	14
6. OBJETIVO VERSUS RESULTADOS ALCANÇADOS NO PROJETO .....	25
7. CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	30
APÊNDICE I – INDICADORES E RESULTADOS .....	32
APÊNDICE III – PROGRAMAS ELEGÍVEIS E RESULTADOS.....	36
APÊNDICE IV (LISTA DOS PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PFORR) .....	37

## 1. INTRODUÇÃO

A função primordial do Estado é prover serviços e produtos que propiciem a melhoria contínua da qualidade de vida da população. Assim, cabe aos gestores públicos o compromisso de realizar a melhor alocação dos recursos públicos e orientar as ações do Governo para o alcance dos resultados esperados.

Por isso, nas últimas décadas, os governos têm buscado identificar as principais tendências da gestão pública contemporânea e as experiências institucionais exitosas para incorporar melhores práticas na busca da maior efetividade e eficácia dos programas governamentais. Para tanto, Instituições Internacionais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), entre outras, disseminam essas práticas e articulam o intercâmbio de experiências e lições aprendidas visando o aperfeiçoamento dos modelos de gestão pública.

Neste sentido, o Governo do Ceará, ao buscar boas práticas de gestão pública e investimentos para apoiar e fortalecer desenvolvimento, contou com a parceria do Banco Mundial para elaborar o desenho de uma Operação de Crédito inovadora a nível estadual na modalidade SWAp<sup>1</sup>. O Projeto SWAp, acordo assinado entre o Estado e o BIRD no ano de 2005, veio modificar a tendência existente de financiamento de obras físicas ou programas de governo, passando a financiar o desempenho, a partir do estabelecimento de metas, dando ênfase à disseminação de uma moderna prática de gestão, o modelo de Gestão por Resultados (GPR).

Na intenção de ampliar e consolidar os avanços sociais alcançados no SWAp I, dando apoio à competitividade e ao crescimento econômico do Ceará, assim como a modernização institucional do Estado, foi assinado em 2009 a operação SWAp II. Especificamente, os objetivos do projeto SWAp II foram: auxiliar o Governo do Ceará a melhorar sua situação fiscal; fortalecer o sistema de gestão por resultados do Estado; promover uma melhor qualidade de serviços na Educação e Saúde; melhorar o acesso à água e saneamento, aumentar a recuperação dos custos do setor hídrico e melhorar a eficiência dos dois órgãos do governo responsáveis pelo abastecimento e gestão da água; reduzir as barreiras ao investimento empresarial. O Projeto SWAp II teve sua vigência até 2012 e resultados exitosos, ano em que o Estado e o Banco Mundial iniciaram as discussões sobre uma nova proposta de Operação de Crédito.

---

<sup>1</sup>471 Sector Wide Approach ou Abordagem Setorial Abrangente

Em maio de 2012, o Banco Mundial, em parceria novamente com o Estado do Ceará, realizou o Workshop - Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades Sociais e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará no qual foi apresentado ao Estado duas propostas de Operações de Crédito para suceder o SWAp II. A primeira delas seria utilizar o mesmo Instrumento de financiamento (SWAp) instituindo assim o Projeto SWAp III e a segunda proposta, escolhida pelo Governo do Estado ao final do evento, seria a estruturação do novo Projeto utilizando um instrumento inovador de financiamento chamado PforR (Program for Results).

O IPECE atuou na coordenação dos Projetos SWAp's e na do Projeto PforR que foi o primeiro Projeto dessa modalidade na América Latina, assinado por um Estado na América Latina. Diante da relevância dessa operação para o estado do Ceará, este documento objetiva fazer uma breve descrição da contribuição do Projeto PforR para o Estado do Ceará. Primeiramente registra-se a metodologia do Projeto PforR. Em seguida, de forma sucinta, relatam-se as melhores práticas do modelo e, finalmente, apresentam-se as lições aprendidas, bem como a importância do PforR como um instrumento de mudança institucional. Espera-se, com isso, demonstrar para a sociedade a importância dessa operação de empréstimo para o fortalecimento das ações governamentais, bem como do modelo de Gestão para Resultados.

## **2. A METODOLOGIA DO PforR**

Para um melhor entendimento do PforR, aborda-se nesse capítulo a metodologia do Projeto, seus objetivos, fazendo uma breve contextualização do alinhamento do SWAp versus PforR, e suas características.

### **2.1 Objetivo**

O principal objetivo do Projeto financiado pelo empréstimo modalidade PforR do estado do Ceará com o Banco Mundial é contribuir para o Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental.

### **2.2 Projeto PforR: Principais Características**

O PforR, intitulado Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará - Programa para Resultados (*PforR*) foi um Acordo de Empréstimo nº 8302-BR, no valor de US\$ 350 milhões, iniciado em 19/12/2013 e concluído em 31/01/2019, que teve como objetivo apoiar o Estado do Ceará na melhoria da qualidade da prestação de serviços por meio de uma gestão mais eficaz do setor

público com o foco em quatro áreas: Capacitação Profissional, Assistência à Família, Qualidade da Água e Gestão por Resultados.

As principais características do Projeto PforR podem ser resumidas basicamente em sete. A *primeira* é que ele é um empréstimo multissetorial. O PforR envolveu dezenove setoriais distribuídas em quatro grandes áreas, Crescimento Econômico, Redução da Pobreza, Sustentabilidade Ambiental e Gestão Pública. Essas áreas focam em sub-áreas, sendo Capacitação Profissional, Assistência à Família, Qualidade da Água e Gestão Pública por Resultados.

A *segunda* característica é a estrutura do empréstimo, dividida em dois Componentes ou Categorias. O Componente I no valor de US\$ 325 milhões que é composto por Indicadores (12 Primários, que condicionam o desembolso do recurso total do Componente e 7 Secundários que são para acompanhamento do Projeto) e por Programas de Governo com Ações elegíveis para executar o montante correspondente ao valor do Componente I nas sub-áreas que o projeto atua. Já o Componente II que corresponde a 7% do valor total do Empréstimo, é composto por Projetos de Assistência Técnica previamente acordados cujo objetivo é apoiar o Estado para o alcance do resultados e fortalecer as áreas que o projeto atua.

A *terceira* característica refere-se aos Programas de Gastos Elegíveis, que estão inseridos no Componente I, recortados do Plano Plurianual do Governo. A estrutura de despesas do Programa PforR é baseada no PPA. Não há nenhuma ambiguidade sobre seus limites: as atividades que serão apoiadas correspondem a itens específicos que são dispostos em iniciativas. O custo total do Programa é estimado em R\$ 728 milhões (aproximadamente US\$ 325 milhões com cotação estipulada de 2,24) que deve ser executado durante o período de 4 (quatro) anos do empréstimo. O PforR apoiará os Programas governamentais de capacitação profissional, assistência familiar e qualidade da água. O Programa consiste dos seguintes subprogramas selecionados e atividades estabelecidas no PPA: 1. Capacitação: Realização do subprograma do Estado para educação profissional secundária, 2. Assistência Familiar: Realizar o subprograma do Estado de assistência à família através da expansão do Programa de Atendimento Integral às Famílias -PAIF dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS). 3. Qualidade da Água: Realizar o subprograma do Estado em qualidade da água.

A *quarta* característica refere-se ao cumprimento de indicadores primários (DLI)<sup>2</sup>, acordados com vários órgãos, como condição para os desembolsos. No PforR, 12 (doze) Indicadores Primários condicionaram os desembolsos do Programa. Cada meta, com periodicidade semestral, tem um valor associado que somados dão o valor total de U\$ 325 milhões, sendo na área Crescimento Econômico 3 (três) Indicadores Primários, na Redução da Pobreza 3 (três) Indicadores Primários, na área de Qualidade da Água 4 (quatro) Primários e por fim na área de Gestão Pública 2 (dois) Indicadores Primários. Importante ressaltar que todas as evidências apresentadas para cumprimento das metas dos DLI's foram submetidas a um processo de Auditoria. Além disso, o PforR teve 7 (sete) Indicadores Secundários, que não afetavam os desembolsos, mas ampliaram o alcance e fortalecimento dos programas nos setores do Projeto.

A *quinta* característica refere-se aos desembolsos do Componente 1, que são feitos diretamente para o Tesouro do Estado e não para um programa orçamentário específico ou órgão, e estão programados para serem realizados semestralmente, sujeitos ao cumprimento dos Indicadores Primários citados anteriormente.

A *sexta* característica refere-se aos Projetos de Assistência Técnica (A.T) financiados pelo Componente II, que estavam previstos na negociação dos Empréstimos, com o objetivo de facilitar a implementação dos Projetos, dando suporte ao fortalecimento institucional. O PforR teve no total 45 (quarenta e cinco) Projetos de Assistência Técnica, que originaram 84 (oitenta e quatro) contratos.

A *sétima* característica refere-se à implementação do Projeto por uma Unidade de Gerenciamento de Projetos (UGP) com estrutura enxuta, supervisionado por um Comitê de Acompanhamento e Monitoramento, composto por representantes das setoriais envolvidas, que se reunia mensalmente, monitorando o desempenho dos Indicadores, Programas Elegíveis e Projetos de Assistência Técnica, cujos resultados eram apresentados, registrados em relatório e publicados mensalmente no site do IPECE. Além disso, os resultados do projeto eram submetidos à apreciação da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e os Relatórios Financeiros<sup>3</sup>, contendo a execução dos Programas Elegíveis e as Assistências Técnicas, eram submetidos anualmente ao Tribunal de Contas do Estado que, após a auditoria financeira e de licitações, reunia-se com as setoriais auditadas, responsáveis pelas despesas elegíveis e as assistências técnicas, discutindo os achados e o plano de ação para melhoria institucional.

---

<sup>2</sup> Disbursement Linked Indicator ou Indicador de Desembolso.

<sup>3</sup> *Interim Financial Report – IFR*

### 3. BOAS PRÁTICAS DO PROJETO PFORR

Pelas características apresentadas no capítulo anterior, reconhece-se que o Projeto PforR trouxe, no seu desenho e implementação, boas práticas que contribuíram para o aperfeiçoamento da Administração Pública do Ceará, constituindo-se em um instrumento financeiro disseminador da cultura e prática de Gestão Pública por Resultados.

Algumas dessas boas práticas identificadas são as seguintes:

- ✓ Flexibilidade na gestão financeira dos recursos do empréstimo, desembolsados diretamente na conta do Tesouro, ficando disponíveis para atender as prioridades de investimento do Governo;
- ✓ Participação intersetorial de vários órgãos do Estado no Projeto, permitindo um fórum de colaboração, integração, troca de experiências com o foco no cumprimento de cada indicador, incluindo o estabelecimento de Comitês e Indicadores multisetoriais;
- ✓ Responsabilidade e *Ownership*<sup>4</sup> das setoriais envolvidas no projeto com relação ao cumprimento das metas previamente acordados que afetam o desembolso;
- ✓ Monitoramento participativo e focado em resultados, por meio de um Comitê constituído por técnicos de todas as setoriais envolvidas que se reunia mensalmente para acompanhar o desempenho dos Indicadores, Programas Elegíveis e Assistência Técnica do Projeto, promovendo a coletividade em tomada de decisão no âmbito do projeto;
- ✓ Transparência do acompanhamento mensal do desempenho do Projeto, registrados em relatórios e publicados mensalmente e semestralmente no site do IPECE;
- ✓ Os desembolsos do Programa foram realizados com base nos resultados obtidos através do cumprimento das metas e a verificação do cumprimento dos DLI's realizada por uma Auditoria Técnica independente que foi contratada pelo Governo através da CGE; vale ressaltar que a partir do primeiro semestre de 2016 a própria Controladoria, com a anuência do Banco Mundial, realizou a Auditoria Técnica dos Indicadores;
- ✓ Proatividade na identificação de desafios ou “gargalos” para o cumprimento das metas e preparo de plano de ação de soluções viáveis para o redirecionamento das ações no rumo esperado;

---

<sup>4</sup> Apropriação



- ✓ Utilização do Sistema de Monitoramento e Avaliação (SIMA) para acompanhamento mensal dos Indicadores com sinalizadores de desempenho e tendência para cada indicador, por meio de sinalizadores de cores, fornecendo subsídios na avaliação dos mesmos;
- ✓ Fortalecimento do sistema de Gestão por Resultados no Governo Estadual por meio de nova Metodologia estabelecida para implementação da Gestão Por Resultados – GPR, formalizada através da pactuação de Acordos de Resultados com as Secretarias de Governo.
- ✓ Processo constante de *accountability*<sup>5</sup> junto às setoriais envolvidas no Comitê PforR, aos membros do COGERF e a população em geral por meio das informações disponíveis no site do IPECE<sup>6</sup>;
- ✓ Envio semanal do Saldo da conta do empréstimo (Fonte PforR) para subsidiar as deliberações do COGERF;
- ✓ Seguindo o modelo em que a Controladoria Geral da União (CGU) audita todos os projetos do Governo em nível Federal, a Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE-CE) realizou a auditoria, em nível estadual, das atividades dos Projetos do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), promovendo a integração entre os órgãos de controle;
- ✓ Aprendizado contínuo obtido nas reuniões semestrais com as setoriais nas Missões do Banco Mundial;
- ✓ Aprimoramento institucional constante para superar os desafios encontrados no processo de cumprimento de metas e por meio do preparo de plano de ação de melhoria dos resultados de auditoria do TCE, com as setoriais nas reuniões e discussões anuais;
- ✓ Fortalecimento institucional por meio dos benefícios e dos impactos positivos nas instituições envolvidas, propiciados pelos quarenta e seis Projetos de Assistência Técnica, proporcionando complementariedade e uma maior aproximação entre ações comuns dos órgãos participantes.

#### **4. ACOMPANHAMENTO NA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO**

O desempenho de um projeto como o PforR dependeu de muitos fatores e principalmente de vários grupos de profissionais. O *primeiro* deles foram os Especialistas do Banco Mundial coordenados pelo *Task Manager*<sup>7</sup>. Durante todo o Projeto houve quarenta e oito Missões do Banco, que contribuíram dando *feed back* nas discussões técnicas com as setoriais do Estado,

---

<sup>5</sup> Prestação de Contas

<sup>6</sup> vide <http://www2.ipece.ce.gov.br/PforR/>

<sup>7</sup> Gerente do Projeto do Banco Mundial: Tom Kenyon até maio/2016 e até o final, Cristian Quijada e Tiago Peixoto.

instrução sobre procedimentos e assessorias valiosas que proporcionaram o desempenho satisfatório do Projeto. Dentre as Missões, destacaram-se as de Supervisão do Projeto e as específicas de gerenciamento financeiro, auditoria e salvaguardas, conforme relacionadas abaixo:

### **2013**

- 1.** Missão sobre riscos de corrupção e formas preventivas no escopo do PforR (Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico, Gestão Pública, Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiental): 21-25 de Janeiro de 2013.
- 2.** Missão de Appraisal do PforR (Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico, Gestão Pública, Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiental): 02-10 de Maio de 2013.
- 3.** Missão para finalizar a análises institucionais para o Componente de Sustentabilidade Ambiental e para a elaboração do documento da Avaliação dos Sistemas Ambientais e Sociais no escopo do PforR (Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico, Gestão Pública, Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiental): 22-24 de Maio de 2013.
- 4.** Missão complementar sobre o Desenvolvimento Social do Ceará no escopo do PforR (Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico, Gestão Pública, Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiental): 05-07 de Junho de 2013.
- 5.** Missão complementar sobre as Escolas Profissionalizantes do Ceará no escopo do PforR (Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico, Gestão Pública, Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiental): 11-12 de Junho de 2013.
- 6.** Missão para finalizar as propostas de avaliação do impacto PADIM para o componente de Redução da Pobreza – Desenvolvimento Infantil no escopo do PforR (Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico, Gestão Pública, Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiental): 24-25 de Junho de 2013.
- 7.** Missão para finalizar a definição do Termo de Referência das Assistências Técnicas da SEDUC para o componente de Redução da Pobreza – Desenvolvimento Infantil no escopo do PforR (Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico, Gestão Pública, Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiental): 28 de Junho de 2013.
- 8.** Missão para ministrar o treinamento técnico em Avaliação de Impacto com enfoque em políticas de Educação no escopo do PforR (Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico, Gestão Pública, Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiental): 08-12 de Julho de 2013.
- 9.** Missão para discutir sobre o Plano de Ação da Gestão de Riscos Ambientais e Sociais e para Consulta sobre a Análise de Riscos Ambientais: 26-30 de Agosto de 2013.

**10.** Missão de Appraisal do PforR (Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico, Gestão Pública, Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiental): 16-20 de Setembro de 2013.

**11.** Missão de Gerenciamento Financeiro para o PforR (Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico, Gestão Pública, Redução da Pobreza e Sustentabilidade Ambiental): 24-25 de Setembro de 2013.

**12.** Treinamento do Banco Mundial sobre as Diretrizes do Banco Mundial, Termo de Referência e Cálculo de Orçamento ministrado pelo Especialista em Licitações Fred Rabello para os envolvidos no Projeto PforR: 04-05 de Dezembro de 2013

## **2014**

**13.** Missão de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 02-06 de Junho de 2014.

**14.** Missão sobre a discussão do Plano de Ação sobre a Mitigação do Risco Ambiental e Social existente dentro do escopo do Projeto PforR: 18 de Julho de 2014.

**15.** Missão sobre Gerenciamento Financeiro (IFR): 19 de Agosto de 2014.

**16.** Missão sobre as informações e percepções acerca do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 28 de Agosto de 2014.

**17.** Missão de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 28-31 de Outubro de 2014.

**18.** Missão para apresentação de Experiências de Custos Públicos no Brasil: 27 de Novembro de 2014.

**19.** Missão de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 18-19 de Dezembro de 2014.

## **2015**

**20.** Missão de Supervisão no eixo de Assistência à Família com foco no PADIN do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 24-26 de Março de 2015.

**21.** Missão de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 6-14 de Abril de 2015.

22. Missão de Supervisão no eixo de Assistência à Família com foco no PADIN do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 13-15 de Maio de 2015.
23. Missão sobre o Plano de Mitigação de Riscos Socioambientais do PforR: 26 de Maio de 2015.
24. Missão sobre Aquisições e Treinamento sobre Gerenciamento de Contratos: 23-26 de Junho de 2015.
25. Missão Independet Evaluation Group (IEG): 06-10 de Julho de 2015.
26. Missão sobre a Participação Cidadã para Gestão por Resultados: 03-05 de Agosto de 2015.
27. Missão de Supervisão no eixo de Assistência à Família com foco no PADIN do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 10-14 de Agosto de 2015.
28. Missão de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Eixo Sustentabilidade Ambiental com foco na Qualidade da Água: 31 de Agosto - 02 de Setembro.
29. Missão de Supervisão em Aquisições e Gerenciamento Financeiro: 13-16 de Outubro de 2015.
30. Missão de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 19-22 de Outubro de 2015.

## **2016**

31. Missão de Supervisão em Gerenciamento Financeiro: 11-12 de Abril de 2016.
32. Missão de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Eixo Sustentabilidade Ambiental com foco na Qualidade da Água: 18-22 de Abril de 2016.
33. Missão para a Auditoria das Aquisições: 13-17 de Junho de 2016.
34. Missão de Supervisão em Gerenciamento Financeiro: 13 de Setembro de 2016.
35. Missão de Supervisão no eixo de Assistência à Família com foco no PADIN do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 07 de Outubro de 2016.
36. Missão de Supervisão – Eixo Gestão Pública: 10-14 de Outubro de 2016.

**37.** Missão de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Eixo Sustentabilidade Ambiental com foco na Qualidade da Água: 17-21 de Outubro de 2016.

## **2017**

**38.** Missão de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará - Eixo de Gestão Pública: 01-15 de Fevereiro de 2017.

**39.** Missão de Supervisão em Gerenciamento Financeiro: 20-22 Março de 2017.

**40.** Missão de Supervisão em Educação: 28-31 Março de 2017.

**41.** Missão Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 17-25 Abril de 2017.

**42.** Missão de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Eixo Sustentabilidade Ambiental: 9-11 de Maio de 2017.

**43.** Missão de Supervisão em Gerenciamento Financeiro: 06-08 Novembro de 2017.

**44.** Missão Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 04-07 de Dezembro de 2017.

## **2018**

**45.** Missão de Supervisão em Gerenciamento Financeiro: 15-16 de Maio de 2018.

**46.** Missão Virtual de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 21-23 de Maio de 2018.

**47.** Missão de Supervisão do Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará: 24 -28 de Setembro de 2018.

**48.** Missão de Gerenciamento Financeiro: 10 de Dezembro de 2018.

O *segundo* grupo de profissionais cujo compromisso em realizar um trabalho de excelência impactou diretamente no desempenho do Projeto foi composto pelo Diretor Geral do IPECE e seus Diretores Setoriais com seus respectivos analistas de políticas públicas; os Secretários de Planejamento e Gestão; os técnicos da Unidade de Implementação do Projeto (UGP), que contou com a Coordenadora do Projeto, 3 Consultores contratados para atuar nas áreas de Licitação,

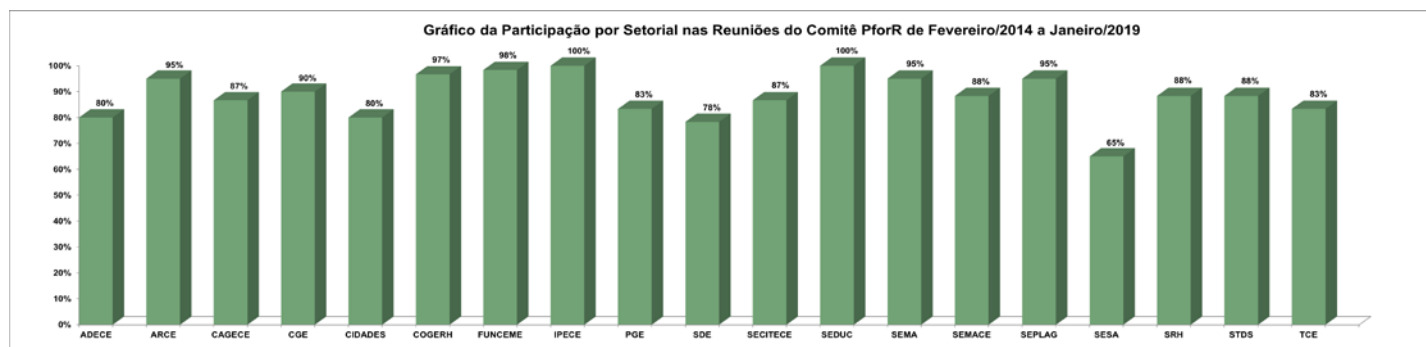
Gerenciamento Financeiro, Monitoramento e Controle e Suporte Operacional; a Coordenação de Planejamento e Gestão da SEPLAG, na elaboração dos relatórios financeiros; a Coordenação do Tesouro Estadual da SEFAZ, na revisão desses relatórios financeiros; e, finalmente, a Coordenação de Cooperação Técnica e Financeira da SEPLAG, no acompanhamento periódico do Projeto.

O *terceiro* grupo contou com a participação dos Secretários que compõem o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal (COGERF), na avaliação do desempenho do Projeto, bem como no monitoramento semanal do saldo da Conta do Projeto (Fonte PforR).

Por fim, o grupo de pessoas cujo empenho, dedicação, perseverança e espírito público decisivos no bom desempenho da implementação do Projeto foram os representantes das dezenoves setoriais envolvidas nas ações e no Comitê PforR, sob a direção de seus respectivos Secretários / Dirigentes Máximos.

Durante a implementação do Projeto houve sessenta reuniões do Comitê PforR<sup>8</sup>, contando com a efetiva participação de todos os representantes das setoriais executoras, conforme demonstrado no Gráfico 1, a seguir.

**Gráfico 1 – Participação por Setorial nas Reuniões do Comitê PforR**



Fonte: Coordenação do PforR

## 5. EXPERIÊNCIA ADQUIRIDA NO PROJETO – Lições Aprendidas

Dentre as experiências adquiridas ao longo da implementação do projeto, destacamos o Comitê de Monitoramento e Acompanhamento do Projeto PforR, o qual proporcionou um fortalecimento intersetorial nas tomadas de decisões do projeto de forma bastante participativa,

<sup>8</sup> As atas dessas reuniões encontram-se no site do IPECE no link: <http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/index.htm>

corroborando com um intercâmbio de boas práticas e experiências entre as setoriais participantes, nas tomadas de decisões do projeto. Cada representante de setorial contribuiu com um breve relato sobre a experiência de participar do PforR, cujos resumos encontram-se descritos abaixo em ordem alfabética.

1. A Agência Reguladora do Estado do Ceará (ARCE) informou que os resultados do Projeto de Assistência Técnica, contratado com recursos do PforR, ajudaram a desenvolver um modelo de regulação para os serviços de Resíduos Sólidos Urbanos no Estado, articulado com a política de gestão regionalizada dos serviços em implantação a partir do marco regulatório estadual, também desenvolvido com apoio do PforR. As principais conclusões do estudo, apresentado à sociedade no início de 2017, em relação às condições técnicas e operacionais da agência para assunção das atividades de regulação da gestão de resíduos sólidos, especificamente para a Coordenadoria de Saneamento, que tem atribuição quanto à regulação técnica dos serviços, é que apresenta a ARCE estrutura equilibrada, embora com poucos engenheiros, enquanto a sua Coordenadoria econômico-financeira, com competência em relação à regulação econômica, encontra-se com carência de recursos. Para tanto, a ARCE vem trabalhando para a realização de novo concurso público. Do ponto de vista financeiro a agência é sustentável, sendo que a regulação do saneamento apresenta a maior fonte de receita e é autossuficiente financeiramente, embora, considerando a regulação de outros setores de infraestrutura, tais como energia elétrica (em parceria com a ANEEL) e transportes intermunicipais de passageiros, ainda haja grande dependência de recursos do tesouro.
2. A Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) ao descrever o seu envolvimento no PforR, através do Indicador Primário, informou os desafios, lições aprendidas e os pontos positivos de sua participação. O Projeto trouxe o fortalecimento do Planejamento Estratégico da Companhia que tem como um dos objetivos na perspectiva mercado “ampliar o acesso e o nível de utilização da rede de água e esgoto”, como mostra a figura abaixo. Tais ações contribuíram para otimizar o uso da estrutura instalada de água e esgoto melhorando os índices da Companhia em todo o Estado. O monitoramento mensal dos indicadores fortalece o processo e o acompanhamento compartilhado do andamento das ações permite o aprendizado coletivo e facilita a disseminação do conhecimento, uma vez que um órgão pode repassar para o outro as ações adotadas para dar prosseguimento aos seus objetivos. Percebeu-se muito claramente isso nas Assistências Técnicas. Ainda de forma positiva entende-se que a interação

com outros órgãos promove a troca de experiência e permite ver as ações do Governo do Estado de forma integrada, evitando assim duplicidade de ações.

3. A Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado (CGE) elencaram as Lições aprendidas de cada Atividade/Projeto de Assistência Técnica contratados pela Controladoria através do PforR. Sobre o Projeto *Auditoria Técnica dos Indicadores* a setorial informou que o desenvolvimento e resultado do trabalho confirmaram impressões iniciais de que a CGE teria condições de realizar a Auditoria Técnica dos Indicadores, tanto que, após a saída do consultor contratado, a CGE passou a realizar. Os pontos positivos ressaltados neste Projeto foram: O conhecimento transmitido pelo consultor contratado inicialmente; o treinamento de servidores da CGE para esta atividade e o apoio das setoriais auditadas. Sobre os demais Projetos da Controladoria, que somam o total de 7 (sete), quais sejam o *Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais*, uma Consultoria para Implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SISTEMA SIEC), uma Campanha de divulgação pública de dados - Educação Social - Desenvolvimento do Sistema Público de Relacionamento com o Cidadão; uma Capacitação da população para o Controle Social; outra Capacitação para detecção de casos de fraude e corrupção e Treinamento sobre Gerenciamento de Contratos; o Apoio à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e, por fim, a Gestão Documental.
4. A Secretaria das Cidades (SCIDADES) apresentou uma contextualização da Ação proposta para acompanhamento no PforR a ser executada através do MAPP 171, cujo objetivo era a *execução de ligações domiciliares e intradomiciliares de esgoto em domicílios considerados de padrão básico da CAGECE*. Em seguida, relatou os desafios encontrados e estratégias adotadas para a execução dessa Ação. Como Lições aprendidas, dentre outros pontos, destacam-se: a necessidade de alinhamento dos projetos prioritários com todos os órgãos envolvidos na liberação de recursos, sendo este um dos principais entraves do projeto nos dois primeiros anos e um dos principais riscos para a continuidade do projeto; Licitação de execução física dos serviços deve prever conjuntamente o trabalho técnico social, pois facilita a gestão do projeto.
5. A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) compartilhou a experiência com os Indicadores do eixo Qualidade da água, sendo eles o “Índice de Qualidade da água – IQA”, que durante o desenvolvimento do Programa notou-se que o referido indicador não representava a realidade do semi-árido, porquanto, apesar da qualidade da água no Estado



ainda estar aquém do ideal devido a seca no Estado, o IQA sempre apresentou bons resultados. Com isso, por sugestão do Banco Mundial em parceria com a equipe da COGERH, passou-se a acompanhar outros dois indicadores mais específicos para clima do Estado do Ceará, quais sejam: o Índice de Estado Trófico-IET e o Índice de Qualidade da Água em Reservatórios no Ceará-IQAR-Ce. Na opinião do representante da COGERH alguns Indicadores não influenciaram diretamente a Qualidade da Água no Estado, pois alguns focavam suas ações a jusante dos reservatórios e não à montante. No caso do indicador “Índice de qualidade da fiscalização ambiental” (indicador composto pela Semace, Cogeh e Sema), foram realizados ajustes para se utilizar o inventário hídrico o qual definia as áreas que deveriam ser consideradas para conta no indicador. Outro ponto relevante levantado pela COGERH foi o fato de haver tido muitas mudanças no quadro de pessoal do Estado o que acabou causando certo atraso e retrabalho no andamento do Programa. No mais, a COGERH parabenizou a equipe da UGP pela organização, assistência e direcionamento sempre oportunos.

6. A Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) apresentou as seguintes sugestões baseadas em Lições Aprendidas com o PforR: em projetos da natureza do PforR, parte dos recursos do empréstimo deve ser alocado aos programas orçamentários eleitos, de forma a otimizar e garantir os avanços e o fortalecimento dos setores estratégicos do Governo do Estado nos quais estão inseridos; Os processos de assistência técnica incluídos no projeto devem ter os seus MAPPs (Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários do governo do Ceará) aprovados de forma simplificada, com aprovação prévia ou em bloco, considerando que o portfólio de projetos já foi devidamente definido por ocasião da preparação do acordo de empréstimo. Além disso, a FUNCEME salientou a importância de um comitê gestor com reuniões mensais o que promoveu significativa sinergia entre as ações do projeto, evitando duplicidade e dispêndios de esforços humanos e materiais, bem como suscitou o aprendizado sistemático com relação aos procedimentos técnicos e administrativos necessários ao bom desempenho do projeto. A FUNCEME destacou que a boa capacidade técnica da UGP garantiu a implementação satisfatória do projeto e a adoção regular dos procedimentos de aquisição, orçamentários e financeiros e de gestão das ações elegíveis, tanto no que concerne às normas do organismo financiador quanto do Estado do Ceará; a manutenção dos técnicos responsáveis pela elaboração do termo de referência dos projetos de assistência técnica na comissão de acompanhamento e fiscalização dos contratos apresentou-se como uma boa prática. Por fim, a FUNCEME destacou que a definição de indicadores de

desempenho e de resultados do projeto devem ser arduamente discutidas com as setoriais envolvidas e refletir as peculiaridades dos componentes e, de fato, os avanços que o projeto busca atingir.

7. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) destacou que o contato com o PforR permitiu que a Secretaria que estava no início de suas atividades, tivesse a oportunidade de dar um direcionamento estratégico ao seu funcionamento, bem como um alinhamento com diversos órgãos públicos e secretarias que exerciam relações transversais com este ambiente. A inserção no PforR permitiu a visualização da importância da integração com entidades privadas e do caminho para alcançar o desenvolvimento econômico, com o direcionamento de atividades para a melhoria do ambiente de negócios, o avanço nos índices educacionais, o controle do gasto público e a avaliação de políticas públicas. A relação da SDE com o PforR se ampliou com o financiamento de um programa de assistência técnica, a automatização, sistematização e racionalização de todo o Sistema de Incentivos Fiscais do Ceará no âmbito do Fundo do Desenvolvimento Industrial do Ceará, que atualmente está em fase de produção. Por fim, a SDE conseguiu, com apoio da SEPLAG e do IPECE, a possibilidade de contratar uma consultoria para preparar a Secretaria para assessorar metodologicamente a elaboração de um modelo de desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, com a identificação de setores prioritários e estratégias de ações estruturadoras para aumentar a competitividade da economia cearense no curto, médio e longo prazo. Espera-se, portanto, que essa atividade possa dar início a um novo ciclo de desenvolvimento, com a atenção a setores estratégicos que possam, de fato, permitir a ascensão socioeconômica do Ceará. É importante mencionar os excelentes profissionais que fizeram parte do Comitê PforR e agradecer aos profissionais que nos deram uma permanente assessoria na exemplar Unidade de Gerenciamento de Projetos - UGP, durante todo o processo de relação com o PforR; Também vale agradecer aos servidores da SDE e do Comitê que interagiram com veemência e dedicação para alcançar as metas e trazer mais recursos para o tesouro estadual. Por fim, nos resta apenas os agradecimentos ao apoio e aos anos de aprendizado, na esperança de que poderemos ter, em outras oportunidades, o valioso apoio dessa instituição.

8. A Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE) participou do PforR através de 3 (três) Projetos de Assistsências Técnicas. Conforme relato da equipe as experiências adquiridas foram os resultados dos debates entre diversos atores de instituições da CT&I que promoveram a troca de informações, possibilitando decisões e respostas ao trabalho elaborado pelas Assistsências Técnicas. A coleta de dados primários (workshops) e

secundários foram fundamentais para a elaboração do Estudo de Viabilidade do Parque Tecnológico, Plano de CT&I e da Proposta de criação do Observatório de CT&I. Dentre as Lições aprendidas destacam-se a importância da união de forças (participação fundamental dos Gestores das Instituições participantes dos grupos focais), reconhecer através dos relatos, experiências e sugestões como melhor gerir em prol do desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação além da possibilidade de por em prática o que estiver contido nos estudos da forma em que for possível e da melhor maneira. Sobre a contribuição do PforR para o Fortalecimento Institucional da SECITECE destacam-se o aprimoramento do trabalho em equipe a partir integração com os Consultores e membros da Equipe da SECITECE, aproximação maior das Instituições Vinculadas, a partir do trabalho desenvolvido nos grupos focais e a troca de experiências entre Gestores que participaram das atividades propostas e representantes da SECITECE. A convivência com as demais Setoriais durante a vigência do PforR, principalmente as que participaram do Capacitação Profissional, possibilitou melhor entendimento para a delimitação das metas da SECITECE no Programa de Gestão por Resultados.

9. A Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC) destacou as Lições aprendidas em cada um dos componentes em que a Setorial desenvolveu ações, sendo eles Indicadores, Programa Elegível e Assistências Técnicas. No aspecto geral a SEDUC emitiu suas impressões sobre o Comitê PforR que é visto pela Secretaria da Educação como uma oportunidade para que sejam acompanhadas todas as ações realizadas pelos diversos agentes envolvidos. No Comitê a SEDUC tem a oportunidade de receber feedback sobre as suas ações e ainda ter fortalecimento com as setoriais envolvidas. Destaca-se que no comitê é encontrado uma oportunidade para que seja realizado uma avaliação interna sobre as ações que já foram realizadas pela própria SEDUC, bem como a atualização do cronograma de evolução das ações que vinham sendo realizadas.
10. A Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) relatou que Os Projetos financiados pelo Banco Mundial e executados pela SEMA produziram resultados bastante positivos, tanto para a população, que foi diretamente beneficiada com algumas ações, quanto para o Estado que recebeu estudos cujo o conteúdo serão de extrema importância para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes e relevantes. A experiência de trabalhar com PforR, permitiu à SEMA adquirir novas metodologias na execução e acompanhamento dos seus projetos. Assim como, possibilitou uma integração maior entre a equipe de técnicos responsáveis por cada projeto. A SEMA destacou alguns pontos de maior relevância na experiência com o

PforR, quais sejam: o bom acompanhamento e assessoramento do IPECE à Sema, por meio da Unidade de Gerenciamento de Projetos – UGP; Processo seletivo mais rigoroso e com qualidade; Incorporação da Linha do Tempo para o acompanhamento das atividades da Consultoria contratada; Possibilidade de contratação de empresas e profissionais internacionais; Temas inovadores e com aplicação efetiva; Elaboração de Comissões para acompanhar os Projetos; Bons recursos financeiros para as contratações; Integração entre os diferentes órgãos nas reuniões do Comitê PforR. Gostaríamos de ressaltar a qualidade dos profissionais que nos acompanharam tanto os técnicos do IPECE, como os especialistas do Banco Mundial que sempre estiveram dispostos e solícitos para tirar nossas dúvidas. Por fim, agradecer a oportunidade de trabalho e aprendizado ao longo desses 4 anos de Projeto PforR.

11. A Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) apresentou as Lições aprendidas de cada Projeto de Assistência Técnica e Indicador dos quais participaram no PforR no eixo Qualidade da água. Destaca-se para este Informe os resultados obtidos e lições aprendidas em um dos Projetos, qual seja: Manuais de Normas e Procedimentos das áreas técnicas da Semace os principais resultados obtidos foram: Fortalecimento da imagem institucional, Procedimentos padronizados, Aumento da eficiência no licenciamento, monitoramento, fiscalização e gestão ambiental; Maior transparência nas ações e processos da SEMACE, Modernização do modelo de gestão ambiental, dentre outros. Como lições aprendidas a SEMACE identificou os seguintes pontos: com o mapeamento das ações foi possível identificar com clareza os gargalos, as razões para a morosidade dos processos, o excesso de burocracia e a superposição de ações, em todas as fases do Projeto fez-se necessário rever e reorientar procedimentos e fluxos, e assim, mudar sensivelmente os rumos da governança e da tomada de decisão, a capacitação da equipe na própria metodologia de elaboração dos Manuais permitiu que a Semace, hoje, após o contrato, pudesse replicar a técnica nos setores de atividade-meio que também precisam elaborar seus Manuais.

12. A Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG) apresentou as Lições Aprendidas de cada uma de suas Ações no PforR de forma individualizada por eixo de participação. Quais foram o de Assistência a Família (2 Indicadores), o de Gestão por Resultados (2 Indicadores e 2 Projetos de Assistência Técnica) e Fiduciário (Projetos de Assistência Técnica). Como amostragem para este documento tem-se as Lições aprendidas sobre o Projeto/Indicador Desenvolvimento de Metodologia para Planejamento e Avaliação de Projetos de Investimento que teve como pontos positivos: Apresentação de todos os produtos para o Secretário da Seplag contribuiu para a validação dos trabalhos elaborados; Inclusão no edital de que o

produto final (Metodologia) fosse apresentado em cópias impressas evitou custos adicionais para a Seplag; Reuniões técnicas para discussão do desenvolvimento dos trabalhos envolvendo equipe multisetorial contribuiu para a qualidade dos produtos apresentados; Gerenciamento rigoroso do Gestor do Contrato quanto ao atendimento da Consultoria aos termos de Referência resultou na qualidade do produto final; Facilidade de comunicação utilizando todos os meios disponíveis entre a Seplag e a Consultoria facilitou o andamento dos trabalhos; Designação de servidor exclusivo para acompanhar o trabalho da Consultoria. Como pontos negativos identificação no decorrer do projeto da necessidade de capacitação de técnicos do Governo, acarretou aditivo ao contrato, dificuldade de entendimento de membros da Consultoria sobre o conteúdo de entregas previstas no Termo de Referência.

13. A Secretaria de Recursos Hídricos (SRH) já tem larga experiência em Projetos com Organismos Multilaterais e Agências Governamentais estrangeiras. No âmbito do Acordo de Empréstimo do PforR - Ceará que tem o foco no fortalecimento da gestão pública nas áreas de Capacitação Profissional, Assistência à Família e Qualidade da Água cuja lógica é que o apoio financeiro do PforR ao Ceará se justifique através dos benefícios alcançados em prol dos cidadãos cearenses, além da possibilidade de monitoramento e avaliação, pelo próprio Governo e pela sociedade a SRH participou diretamente através de um Indicador Primário “Estabelecimento de um comitê multisetorial de segurança hídrica”; e os Projetos de Assistência Técnica “Melhoria do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos”.
14. A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) teve ações de Indicadores, Programas e Projetos de Assistência Técnica no PforR. Em seu relato sobre Lições aprendidas a Secretaria cita a contribuição do PforR para o Fortalecimento Institucional de algumas ações como por exemplo a desenvolvida com os municípios na visita às famílias que promoveu maior intersetorialidade e maior qualificação dos atores e implementadores da política da Assistência Social/Suas.
15. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) relatou o ganho institucional que obteve através do PforR, tanto em sua atuação como auditor externo do Projeto, quanto em relação à sua participação como executor de Projetos de Assistência Técnica. Como auditor externo do Programa, foi possível aprimorar a metodologia de auditoria que já vinha sendo realizada em operações de crédito anteriores, tais como os Projetos SWAp I e II, bem como dar seguimento à expertise técnica de auditoria em programas financiados por organismos multilaterais. Como executor de Projetos de Assistência Técnica, foi possível ao Tribunal o fortalecimento

institucional em várias de suas áreas de atuação além de permitir a troca de experiência com outras setoriais, por ocasião das reuniões mensais do Comitê UGP/PforR.

16. O Instituto de Pesquisa Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresentou, como órgão executor de Assistências técnicas as seguintes Lições Aprendidas Destaca-se o ganho de aprendizado dos analistas de políticas públicas do IPECE, envolvidos desde o processo de contratação, por meio das elaborações dos termos de referências e das memórias de cálculo, bem como na avaliação dos coordenadores e consultores das empresas de consultorias contratadas, assim como no acompanhamento da execução e validação dos produtos gerados por elas. Os ganhos técnicos devem-se ao uso de normas do Banco Mundial, no qual são aplicadas em vários projetos executados em diversos países, e das discussões técnicas entre os analistas do IPECE e os consultores do Banco, sempre com o intuito de manter o padrão de excelência internacional. Todo esse processo refletiu na escolha dos melhores coordenadores e consultores qualificados para a execução destes produtos, sempre obedecendo a condição de transferência de tecnologia, tanto na elaboração, quanto no uso dos produtos. Destaca-se também a eficiência da Unidade Gestora do projeto (UGP/PforR) no acompanhamento dos trabalhos, no tocante à execução dentro do cronograma estipulado e ao controle dos desembolsos para os pagamentos após os recebimentos dos produtos, fazendo com que o grupo do IPECE pudesse se dedicar com mais tempo e segurança no processo de avaliação técnica dos produtos gerados a partir das consultorias.

Especificamente sobre o Projeto Ipecedata e Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Projetos e Beneficiários do Fecop os Analistas do Instituto relataram que a assistência técnica do PforR foi fundamental para o IPECE em relação ao fortalecimento da cultura organizacional vinculada ao armazenamento, consulta, análise e disponibilização de forma eficiente de indicadores geossocioeconômicos sobre o Ceará, suas regiões e municípios, permitindo ao Instituto cumprir de forma mais exitosa sua missão institucional. Cita-se, ainda, que os técnicos do IPECE, envolvidos no projeto, participaram de todas as etapas de desenvolvimento do sistema, tendo sido capacitados para a manutenção e atualizações futuras do sistema, caso se julguem necessárias.

Como resultados esperados, menciona-se que a ferramenta IPECEDATA deverá constituir-se em um relevante instrumento para gerenciamento e consulta de dados socioeconômicos e geográficos (totalmente públicos), em ambiente de internet, do Ceará, suas regiões e seus municípios, no intuito de proporcionar a eficiência no processo de análise de informações geossocioeconômicas. A partir da disponibilidade desses dados de forma

integrada, considera-se a elaboração do sistema IPECEDATA como uma ferramenta de geração e gestão do conhecimento, reconhecendo que a informação assume, hoje em dia, uma importância crescente. Trata-se de um processo que visa à descoberta e introdução de novas tecnologias, exploração das oportunidades de investimento e a possibilidade de planificação da atividade socioeconômica. A Informação, portanto, é uma preciosa moeda e sua organização é fundamental.

17. O IPECE, além de executor é também o órgão que coordenou o Projeto PforR. Diante disso, os Analistas diretamente envolvidos com o PforR, destacaram suas considerações sobre as contribuições e Lições aprendidas com o Projeto, conforme segue: Considerando os avanços institucionais, o projeto favoreceu a discussão de temas de relevo e necessários para o desenvolvimento econômico e social do estado. Destacam-se duas reflexões bastante enriquecedoras. A primeira delas esteve voltada para a necessidade de se pensar estratégica e continuamente o desenvolvimento de longo prazo do estado, definindo claramente os resultados desejados e o plano de ação a ser colocado em prática. O segundo momento tratou do planejamento e da avaliação do investimento público, focando no melhor desenho e seleção dos projetos para potencializar a efetividade do gasto público. Tais discussões, além de relevantes em si mesmas, permitiram aos participantes aprofundar o conhecimento quanto às necessidades do estado e os meios para atendê-las.

De igual modo, o projeto permitiu à administração pública a aquisição de ferramentas importantes para qualificar a gestão e as decisões por parte do governo. O instrumental adquirido com as diversas assessorias deve reposicionar em patamar superior a capacidade de trabalho e resposta das equipes técnicas. Em consequência, potencializa-se o alcance dos resultados e a efetividade da política pública que deve, a partir de agora, ser produzida com base em um conjunto de informação mais amplo e qualificado.

Quanto aos ganhos profissionais, estes se iniciaram ainda nas discussões técnicas de preparação do próprio PforR. O relacionamento técnico com as equipes do Banco Mundial foi sempre enriquecedor. O desenvolvimento dos projetos também foi bastante positivo. A definição do escopo, o desenho dos termos de referência, o processo de seleção das consultorias trouxeram novos aprendizados, novas competências e habilidades. Destaco de forma especial o acompanhamento técnico dos projetos. Nesta fase, as discussões e a troca de experiência com as equipes técnicas se mostraram bastante proveitosas.

Por fim, ressalta-se duas melhorias que poderiam ter tornado o projeto PforR ainda mais exitoso. Uma delas seria a adoção de mecanismos que ampliasse o envolvimento da alta gestão nos projetos, conferindo aos gestores um maior conhecimento sobre as atividades em desenvolvimento, o que, certamente, potencializaria o efetivo uso e apropriação dos conhecimentos e produtos adquiridos.

Outro ponto trata do acompanhamento dos projetos. Como destacado, esse momento se mostrou bastante rico e relevante, seja no aprendizado, seja em assegurar a qualidade do produto final recebido. Por assim ser, seria valioso organizar as rotinas internas de trabalho, compatibilizando as atividades rotineiras e permitindo um maior tempo para a avaliação e discussões técnicas em torno dos relatórios e produtos de cada etapa dos projetos. Com uma dedicação ampliada, os ganhos seriam ainda maiores.

18. A Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP) em 5 anos de implementação do Projeto PforR, enfrentou importantes desafios que trouxeram valiosas lições aprendidas.

No âmbito dos Indicadores:

- A estruturação de Indicadores multisetoriais, possibilitando ações interdependentes envolvendo vários órgãos. Essa ação provocou maior interação entre as setorias envolvidas, bem como a união de esforços para o alcance dos Resultados esperados.
- A vinculação de alguns Indicadores de desembolsos à execução de Projetos de Assistência Técnica de certa complexidade se mostrou uma prática não muito eficaz, tendo em vista o tempo previsto para as contratações, a execução dos contratos e entrega de Produtos ultrapassarem, na maioria das vezes, o *deadline* para o cumprimento das metas prejudicando, assim, a efetivação dos desembolsos.

No âmbito dos Programas:

- A seleção de programas já inseridos no Plano Plurianual do Estado pertencentes às áreas de atuação do projeto a saber: (i) Capacitação Profissional; (ii) Assistência à Família e (iii) Qualidade da Água. Essa ação proporcionou um incentivo maior para o alcance das metas, robustecendo o comprometimento das setoriais responsáveis pelos programas elegíveis.
- A prévia distribuição linear de recursos para as áreas de atuação supramencionadas não correspondia à realidade do Estado em algumas áreas, como na Qualidade da Água, o



qual buscou-se uma adequação para que essas metas fossem atingidas ao longo de todo o projeto.

No âmbito das Assistências Técnicas:

- Um dos desafios vivenciados pelo projeto foi a rotatividade das equipes, tanto por parte do Estado quanto do Banco Mundial, o que acarretou uma certa fragilidade em alguns momentos, visto os posicionamentos diversos. Assim, a manutenção dos técnicos é fundamental para os cumprimentos dos prazos previsto no projeto, evitando principalmente atrasos para sua implementação e alguns entendimentos distintos nas tomadas de decisões;
- Como boa prática, a utilização das regras de aquisições do Banco, proporcionou um olhar mais criterioso e qualitativo acerca das seleções das melhores propostas para execução das assistências técnicas, além de ter possibilitado a negociação com a melhor selecionada, trazendo um afinamento técnico para obtenção dos resultados. Diferentemente da legislação brasileira, cujo a regra é para a proposta mais vantajosa, ou seja, a seleção tem olhar mais quantitativa e sem possibilidade de discutir e negociar tecnicamente a proposta para adequação dos melhores resultados;
- Em relação as definições das atividades de assistência técnica, poderíamos ter dito uma maior flexibilidade quanto ao conteúdo. Todavia, é importante o planejamento antecipado, não permitindo limitações, desde que haja sinergia com os objetivos do projeto, uma vez as políticas públicas são complementares e interagem entre si;
- Outra grande lição adquirida no PforR foi as contribuições de empresas internacionais, possibilitando intercâmbio técnico entre os envolvidos;
- Em destaque, citamos o apoio do Banco através dos treinamentos para boa execução do projeto, bem como a atuação de forma muito participativa dos técnicos envolvidos das setoriais nas assistências técnicas no controle e monitoramento, garantindo resultados satisfatórios e inovadores para Estado.

## **6. OBJETIVO VERSUS RESULTADOS ALCANÇADOS NO PROJETO**

O principal objetivo do Projeto PforR foi garantir a continuidade dos investimentos em áreas estratégicas do Estado, programados no Plano PluriAnual 2012 – 2015 (e posteriormente no PPA de 2016-2019), de forma a promover um crescimento econômico que privilegie a inclusão social e seja ambientalmente sustentável. Especificamente, os objetivos foram:

1. Fortalecer a Governança Pública a partir da promoção do Modelo de Gestão para Resultados, Planejamento Estratégico, Transparência e *Accountability*;
2. Integrar as intervenções de objetivos comuns conectados com a redução da pobreza no Estado com foco na Assistência às Famílias com crianças de 0-5 anos, estimulando a avaliação de impacto das mesmas;
3. Contribuir para a melhoria da Qualidade da Educação Profissionalizante, bem como para a inserção do aluno ao mercado de trabalho;
4. Proporcionar uma melhoria na gestão de recursos hídricos e na universalização do acesso à água potável e saneamento básico a população do Estado do Ceará.
5. Estimular o ambiente de negócios, inovação e a produção científica voltada para a superação dos obstáculos tecnológicos ao desenvolvimento do Estado, priorizando o fortalecimento da cooperação entre as Instituições de ensino e pesquisa e as empresas.
6. Proteger o Meio Ambiente a partir de um melhor planejamento, gestão e fiscalização ambiental e fortalecimento institucional para melhoria do gerenciamento dos resíduos sólidos.

O objetivo central do Projeto foi apoiar o Governo a melhorar a prestação de serviços públicos particularmente nas áreas de capacitação, assistência à família e qualidade da água, e transversalmente, na gestão pública. A operação continuou a ampla abordagem realizada como pioneira sob os SWAps, combinando o apoio para intervenções em setores selecionados com capacitação para fortalecer a eficiência e a qualidade da prestação de serviços públicos. O apoio do Banco Mundial em cada área alinhou os incentivos das setoriais com os objetivos estratégicos do Governo para fortalecer a intersectorialidade e a prática de avaliação e *feedback*, incluindo a participação do cidadão e a avaliação de impacto.

Esses objetivos do Projeto foram alcançados por meio de:

1. Execução dos Programas Elegíveis do Plano Plurianual (PPA) que ofereciam suporte às áreas de Capacitação Profissional, Assistência a Família, Qualidade da Água;
2. Cumprimento das metas de Indicadores. São eles os Indicadores Primários ou DLIs (*Disbursement Linked Indicators*). Os DLIs foram, fundamentalmente, baseados em resultados. Como os desembolsos são vinculados a indicadores de produtos ou processos, estes foram necessários para a obtenção de resultados intermediários. Os DLIs também foram elaborados

para incentivar a colaboração multisetorial. Além disso, a operação também acompanhou, sistematicamente, os indicadores secundários cujos alcances não eram condicionantes para o desembolso, mas associados a ações que contribuíram para os objetivos gerais do PforR.

3. Realização de consultorias (Projetos de Assistência Técnica) para áreas específicas do projeto trouxeram fortalecimento institucional para as setoriais executoras e para o Estado do Ceará como um todo, proporcionando a modernização e inovação de algumas áreas.

O acompanhamento do alcance dessas metas ocorreu durante toda implementação do Projeto. De 2014 a 2017 foi realizado o monitoramento dos Indicadores e Programas Elegíveis e de 2014 a 2019 houve o acompanhamento dos Projetos de Assistência Técnica desde a concepção inicial de cada Projeto até a execução físico-financeira de cada contrato celebrado.

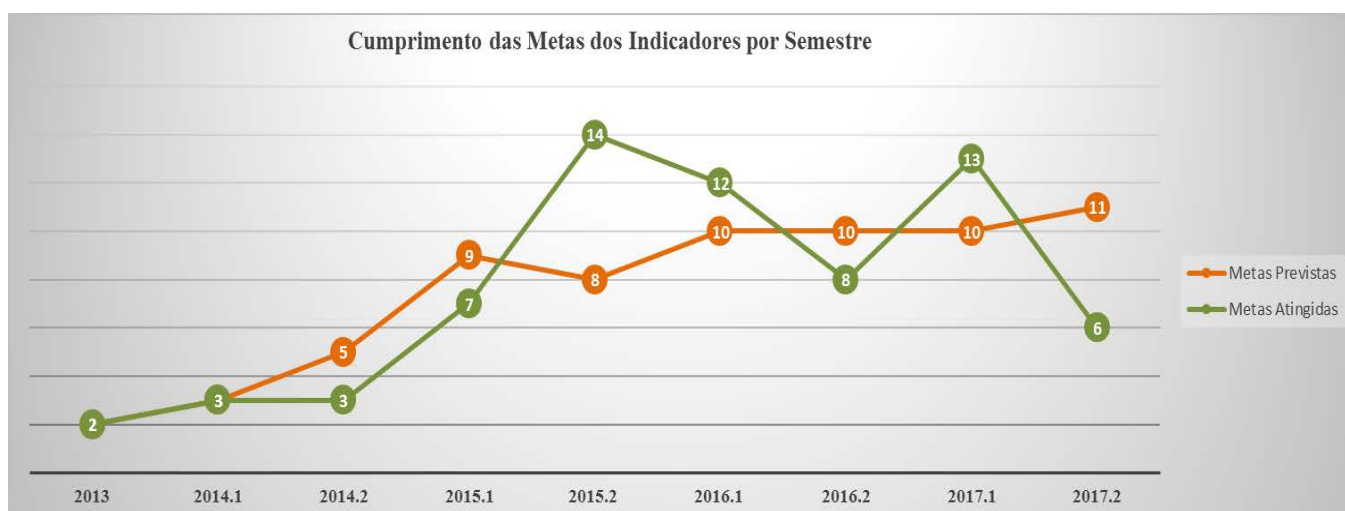
Os resultados alcançados durante a execução do PforR é bastante satisfatória, conforme demonstrado nos Quadros a seguir.

**Quadro 1: Resumo dos Resultados Alcançados Indicadores Primários 2014 – 2017**

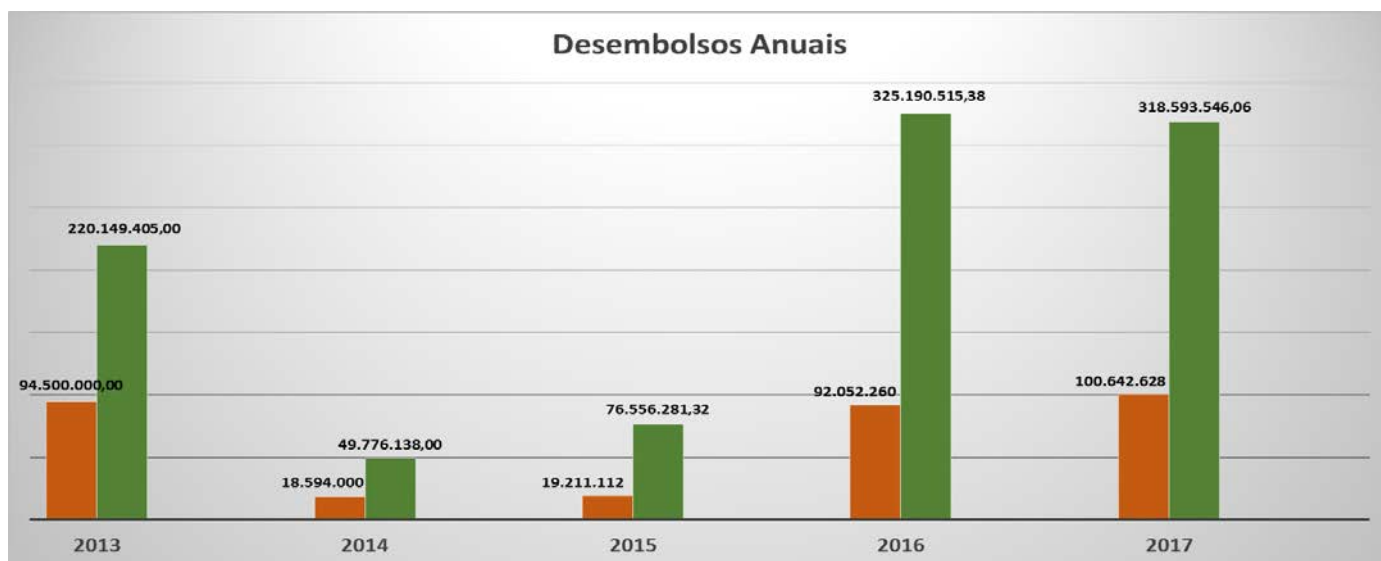
Descrição	Ano									Total	
	2013	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2		
Quantidade Metas (12 Indicadores)	2	3	5	9	8	10	10	10	11	68	
Metas Atingidas	2	3	3	7	14	12	8	13	6	68	
Desembolsos (US\$)	94.500.000,00	18.594.000,00		19.211.112,00		45.234.260,00		46.818.000,00	80.542.628,00	20.100.000,00	325.000.000,00
% Metas por Metas Atingidas	100%	100%	60%	78%	175%	120%	80%	130%	55%		

Fonte: UGP PforR

**Gráfico 2 – Cumprimento das Metas dos Indicadores Primários por Semestre**



**Gráfico 3 – Desembolsos anuais**



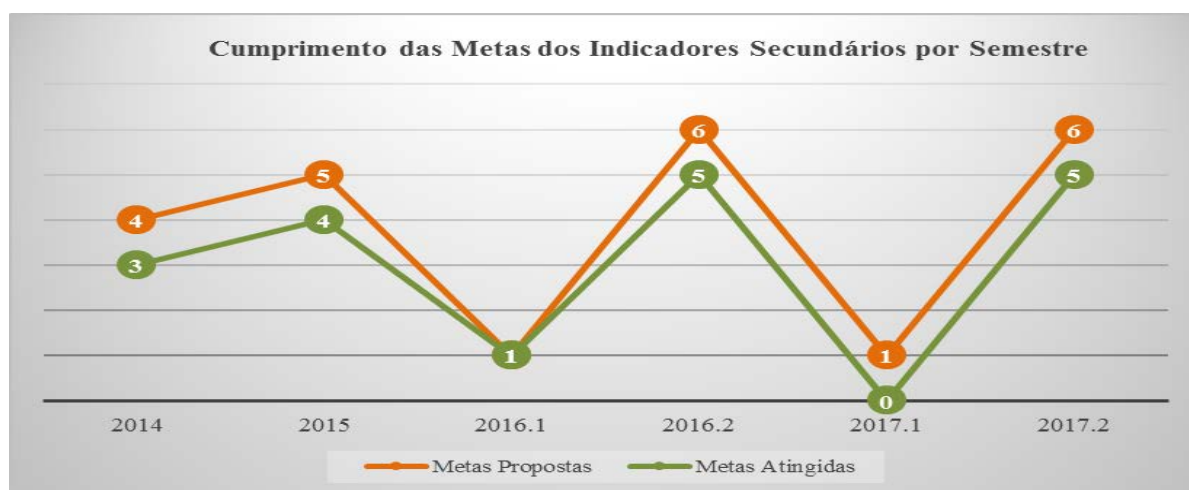
Fonte: UGP PforR

**Quadro 2: Resumo dos Resultados Alcançados Indicadores Secundários 2014 – 2017**

Descrição	Ano						Total
	2014	2015	2016.1	2016.2	2017.1	2017.2	
Quantidade Metas (7 Indicadores)	4	5	1	6	1	6	23
Metas Atingidas	3	4	1	5	0	5	18
% Metas por Metas Atingidas	75%	80%	100%	83%	0%	83%	78%

Fonte: UGP PforR

**Gráfico 4 – Cumprimento das Metas dos Indicadores Secundários por Semestre**



Fonte: UGP PforR

**Quadro 3: Resumo dos Resultados Alcançados Programas Elegíveis 2014 – 2017**

Descrição	Ano				
	2014	2015	2016	2017	Total
Previsão de Execução	R\$ 151.000.000,00	R\$ 171.000.000,00	R\$ 204.000.000,00	R\$ 202.000.000,00	R\$ 728.000.000,00
Valor de Execução	R\$ 223.351.076,59	R\$ 226.152.710,69	R\$ 275.391.582,50	R\$ 268.718.308,64	R\$ 993.613.678,42
%	148%	132%	135%	133%	136%

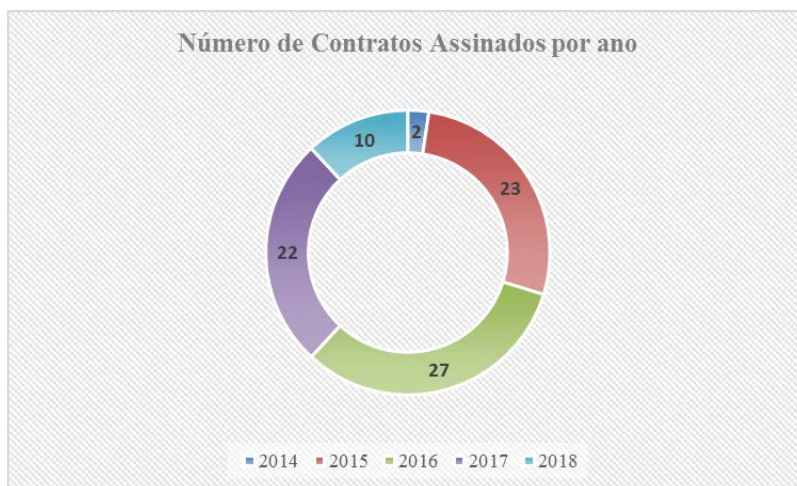
Fonte: UGP PforR

**Quadro 4: Resumo dos Resultados Alcançados Projetos de Assistência Técnica/Contratos 2014 – jan/2019**

Descrição	Ano					
	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Contratos Assinados e Pagos	2	23	27	22	10	<b>84</b>
Valores R\$	164.640,00	5.437.576,15	36.838.349,79	15.734.764,79	6.000.223,75	64.175.554,48
% Financeiro dos Projetos Contratados	0,26%	8,47%	57,40%	24,52%	9,35%	<b>100%</b>

Fonte: UGP PforR

**Gráfico 5 – Número de Contratos assinados por ano**



**Gráfico 6 – Valor em Reais (R\$) dos Contratos assinados por ano**



Por fim, o resultado final do cumprimento destas metas dos Indicadores, Programas e Projetos de Assistência Técnica estabelecidos resultou nos desembolsos satisfatórios ao Estado durante a vigência do projeto, mesmo com saldo renascente não desembolsado, conforme quadro abaixo. Contudo, todas as metas planejadas foram alcançadas e até mesmo superadas pelo projeto, o que representa financeiramente 99,03% executado, índice este, exitoso diante dos desafios enfrentados durante a implementação do projeto.

**Quadro 5: Resumo Desembolsos Categoria I e II**

Resumo do Cronograma dos Valores Totais Previstos e Desembolsados por Categoria do PforR					
Categorias	Previsto US\$ (A)	Realizado US\$ (B)	Realizado R\$	Valor Disponível US\$ (A) - (B)	% Valor Desembolsado / Total Previsto
CATEGORIA I e III (Fonte 69)	325.000.000,00	325.000.000,00	990.265.885,76	-	100,00%
CATEGORIA II (Fonte 48)	25.000.000,00	21.515.663,00 <sup>9</sup>	64.175.554,48	3.484.337,00	86,06%
<b>Total</b>	<b>350.000.000,00</b>	<b>346.515.663,00</b>	<b>1.054.441.440,24</b>	<b>3.484.337,00</b>	<b>99,03%</b>

Fonte: UGP PforR

## 7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O sucesso do Projeto PforR dependeu de muitos fatores e principalmente de vários grupos de profissionais, havendo como destaque, o Comitê de Acompanhamento do Projeto, criado por meio do decreto estadual nº 31.493/2014, trazendo como uma das premissas reuniões mensais, o que promoveu significativa sinergia entre as ações do projeto, evitando duplicidade e dispêndios de esforços humanos e materiais, bem como suscitou o aprendizado sistemático com relação aos procedimentos técnicos e administrativos necessários ao bom desempenho do Projeto, permitindo assim um fórum participativo e de colaboração intersetorial possibilitando ver as ações do Governo do Estado de forma integrada.

No entanto, tão importante quanto os recursos que advieram do empréstimo foi o aprendizado adquirido, disseminado e inserido em termos de fortalecimento institucional do Estado do Ceará. A maior contribuição do Projeto pode ser resumida na colaboração multissetorial para um objetivo comum que elevou a importância da Gestão por Resultados na

<sup>9</sup> Foi desembolsado o total de US\$ 21.515.663,00, mas desse valor, foi executado o montante de US\$ 21.425.918,75.

correção de rumos e melhoria da atuação da Gestão Pública Estadual, mesmo com a rotatividade dos técnicos do Estado e dos especialistas do Banco durante a implementação.

O alcance de todas as metas, seja de indicadores, programas e assistências técnicas, foi fundamental para o Estado avançar na gestão pública por resultados, inovando em diversas áreas e se fortalecendo em outras, principalmente por meio dos indicadores, cujos resultados foram exitosos e 100% atingidos, refletindo o amadurecimento do governo ao longo dos últimos anos nas áreas selecionadas do projeto decorrendo na qualidade das políticas públicas voltadas para crescimento econômico, redução das desigualdades e sustentabilidade ambiental.

Outra grande lição durante a implementação do Projeto foram às assistências técnicas, cujas regras de contratação foram por meio das diretrizes do Banco Mundial, embora muitas vezes conflitante com a lei brasileira, a utilização dessas regras derivou na qualidade dos serviços prestados, permitindo a contribuição não só de empresas nacionais, mas internacionais, possibilitando o intercâmbio técnico nas áreas de atuação do projeto.

Por fim, conclui-se que participar do PforR foi uma experiência inusitada e desafiadora para o Estado e acredita-se que o próximo *Projeto de Apoio a Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Estado* em negociação com o Banco Mundial sob o instrumento - IPF- irá continuar apoiando a trajetória do Ceará de superação das persistentes desigualdades sociais e econômicas, com a formulação de políticas públicas que promovam resultados positivos na qualidade de vida da população cearense.

## Apêndice I – Indicadores e Resultados

ÁREA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL					
nº	Indicador	Setorial Responsável	Período	Metas	Realizado
1	DLI 1: Aprovação de estratégia de desenvolvimento de habilidades, preparação do plano de ação e implementação de ações selecionadas sob o plano de ações.	SDE	2013	Esboço de documento de estratégia preparado e, quatro Acordos assinados com o setor privado, e quatro assinados com instituições acadêmicas para auxiliar a finalização e implementação da estratégia.	Projeto Preparado e Acordos assinados
			2014.1	Comitê estabelecido através de decreto.	Comitê Instituído por Decreto
			2014.2	Documento de estratégia finalizado	Documento de Estratégia Finalizado
			2015.1	Plano de Ação publicado	Plano de Ação Publicado
			2016.1	Uma ação do plano de ação implementada	A Ação E-Jovem e Corredores Digitais Implementadas
			2017.1	Uma segunda ação implementada do plano de ações	A Ação Aprendiz na Escola implementada
			2017.2	Uma terceira ação implementada do plano de ações	A Ação Distrito Empreendedor foi implementada
2	DLI 2: Estabelecimento de sistema de monitoramento de programas de FTP.	SEDUC	2016.1	Primeiro relatório de monitoramento publicado	Primeiro Relatório Publicado
			2017.1	Segundo Relatório de Monitoramento publicado	Segundo Relatório Publicado
3	DLI 3: Número total de Acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaborar grade curricular ou instrutores dos cursos.	SEDUC	2015.1	10	10 acordos
			2015.2	12	12 acordos
			2016.1	13	13 acordos
			2016.2	15	15 acordos
			2017.1	16	16 acordos
			2017.2	18	18 acordos
4	Indicador Secundário: Número de técnicos com ensino médio completo absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	IPECE	2014.2	27.800	25.403 (ano de 2013)
			2015.2	29.000	26.141 (ano de 2014)
			2016.2	30.300	25.463 (ano de 2015)
			2017.2	31.600	23.457 (ano de 2016)
ÁREA ASSISTÊNCIA À FAMÍLIA					
nº	Indicador	Setorial Responsável	Período	Metas	Realizado
5	DLI 4: Porcentagem de famílias com crianças de 0 a 5 anos de idade registradas no Cadastro Único em municípios selecionados no território do Tomador que estejam recebendo suporte familiar através do CRAS.	STDS	2015.2	5%	5,11%
			2016.2	7%	7,11%
			2017.2	10%	11%



nº	Indicador	Setorial Responsável	Período	Metas	Realizado
6	DLI 5: Porcentagem de equipes técnicas no CRAS treinadas em suporte a famílias.	STDS	2015.1	15%	18,18%
			2015.2	30%	65,45%
			2016.1	42.5%	65,45%
			2016.2	55%	65,45%
			2017.1	75%	100%
			2017.2	95%	100%
7	DLI 6: Porcentagem de famílias de projetos de assistência familiar financiados pelo FECOP com matrizes lógicas	SEPLAG	2015.1	22.5%	22,5%
			2015.2	45%	45,36%
			2016.1	55%	60%
			2016.2	70%	72,50%
			2017.1	82.5%	82,5%
			2017.2	95%	96,4%
8	Indicador Secundário: Percentual de famílias acompanhadas pelos CRAS com acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social e de outras políticas públicas.	STDS	2016.2	7%	7,11%
			2017.2	10%	11%
9	Indicador Secundário: Criação e funcionamento de Comitê Consultivo multisetorial CPDI (Gabinete do Governador, SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE, SEJUS, SESPORTE e SECULT).	SEPLAG	2014.2	Duas resoluções publicadas	Duas Resoluções publicadas
			2015.2	Outras duas resoluções publicadas	Duas Resoluções publicadas
			2016.2	Outras duas resoluções publicadas	Duas Resoluções Publicadas
			2017.2	Outras duas resoluções publicadas e relatório sobre as atividades do Comitê publicado	Outras duas resoluções publicadas e relatório sobre as atividades do Comitê publicado
<b>ÁREA QUALIDADE DA ÁGUA</b>					
nº	Indicador	Setorial Responsável	Período	Metas	Realizado
10	DLI 7: Estabelecimento de um Comitê Inter-Agência de Segurança Hídrica	SRH	2013	Comitê estabelecido por Decreto.	Comitê instituído por Decreto
			2015.1	Diagnóstico de bacias hidrográficas.	Diagnóstico finalizado
			2016.1	Atas de, pelo menos, duas reuniões de comitês realizadas no primeiro semestre do ano 2016.	Atas de duas reuniões realizadas
			2016.2	Atas de, pelo menos, duas reuniões de comitês realizadas no segundo semestre do ano 2016.	Atas de duas reuniões realizadas
			2017.1	Atas de, pelo menos, duas reuniões de comitês realizadas no primeiro semestre do ano 2017.	Atas de duas reuniões realizadas
			2017.2	Atas de, pelo menos, duas reuniões de comitês realizadas no segundo semestre do ano 2017.	Atas de duas reuniões realizadas

nº	Indicador	Setorial Responsável	Período	Metas	Realizado
11	DLI 8. Porcentagem de residências com conexão adequada ao sistema de esgoto.	CAGECE	2014.1	83.8%	84,41%
			2014.2	84.3%	84,88%
			2015.1	84.6%	85,28%
			2015.2	84.9%	86,05%
			2016.1	85,20%	86,05%
			2016.2	85,50%	86,05%
			2017.1	85,70%	86,05%
			2017.2	85,90%	86,05%
12	DLI 9: Índice da Qualidade de Fiscalização Ambiental.	SEMA	2014.1	28%	48%
			2014.2	40%	42,60%
			2015.1	50%	52,60%
			2015.2	60%	62,54%
			2016.1	65%	65,63%
			2016.2	70%	78,86%
			2017.1	75%	88,15%
			2017.2	80%	92,77%
13	DLI 10. Implementação do monitoramento participativo da qualidade da água	FUNCEME	2015.1	Metodologia de monitoramento definida e adotada	Metodologia definida e adotada
			2015.2	Protocolo de coleta de dados definido e adotado	Protocolo definido e adotado
			2016.2	Metodologia implementada em um reservatório no território do Tomador.	Metodologia implementada no Açude Acarape do Meio
			2017.2	Metodologia implementada em dois reservatórios adicionais no território do Tomador.	A Metodologia foi implementada no Açude Araras e no Olho d' Água.
14	Indicador Secundário: Índice da Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza (IQA).	COGERH	2014.2	62.7	78,6
			2015.2	64.3	76,5
			2016.2	65.9	73,9
			2017.2	67.5	81,7
15	Indicador Secundário: Apresentação da Lei de Gestão de Resíduos Sólidos revista.	SRH	2015.2	Divulgação e implementação	A Lei foi divulgada e aprovada na Assembleia Legislativa do Ceará.
			2016.2	Implementação e monitoramento	O Relatório de ações para implementação da Política Estadual de Resíduos Sólidos foi enviado.
			2017.2	Implementação e monitoramento	Relatório apresentado
16	Indicador Secundário: Apresentação dos planos de segurança hídrica para três bacias hidrográficas estratégicas.	COGERH	2014.1	Termos de referência completos	Termos de Referência completos
			2017.2	Plano de Segurança Hídrica elaborado e apresentado em Reunião do CONERH. Resolução do CONERH criando Grupo de Trabalho para acompanhamento da execução dos Planos	Ainda não entregue no período

nº	Indicador	Setorial Responsável	Período	Metas	Realizado
17	Indicador Secundário: Apresentação de nova Lei de proteção de bacias hidrográficas.	COGERH	2015.2	Apresentar Minuta (texto) Projeto de Lei	Minuta Projeto de Lei apresentado
			2016.1	Proposta e Consultas completas aos Comitês de Bacias	Consulta realizada juntos aos Comitês
			2016.2	Encaminhamento de Projeto ao CONERH	Projeto encaminhado ao CONERH
			2017.1	Encaminhamento por meio da PGE do Projeto de Lei e Mensagem Governamental para a Assembleia Legislativa.	Decreto no Gabinete do Governador para assinatura.
<b>ÁREA GESTÃO PÚBLICA</b>					
nº	Indicador	Setorial Responsável	Período	Metas	Realizado
18	DLI 11: Número de órgãos que aderiram formalmente ao Modelo de Gestão para Resultados.	SEPLAG	2014.2	Aprovação do modelo de Gestão para Resultados do Ceará	O Decreto que regulamenta o Modelo de Gestão para Resultados bem como a Metodologia de Investimento foi publicado em 10/05/17.
			2015.1	1	Acordos de Resultados assinados com 1 Secretarias
			2015.2	2	Acordos de Resultados assinados com 2 Secretarias
			2016.1	3	Acordos de Resultados assinados com 3 Secretarias
			2016.2	4	Acordos de Resultados assinados com 4 Secretarias
			2017.1	5	Acordos de Resultados assinados com 5 Secretarias
			2017.2	6	Acordos de Resultados assinados com 6 Secretarias
19	DLI 12: Porcentagem total de investimentos públicos sob o Programa preparados usando a metodologia aprovada.	SEPLAG	2014.2	Aprovação da metodologia	O Decreto que regulamenta o Modelo de Gestão para Resultados bem como a Metodologia de Investimento foi publicado em 10/05/17.
			2016.1	5%	20%
			2016.2	10%	20%
			2017.1	15%	15% de 2017.1 e 2017.2 (20% + Decreto publicado em 10/05/2017).
			2017.2	20%	15% de 2017.1 e 2017.2 (20% + Decreto publicado em 10/05/2017).

### Apêndice III – Programas Elegíveis e Resultados

Setorial	Programas 2014 - 2015	Iniciativas 2014 - 2015	Execução 2014 - 2015		Programas 2016 - 2017	Iniciativas 2016 - 2017	Execução 2016 - 2017		Execução Acumulada 2014 - 2017	
			2014 (A)	2015 (B)			2016 (C)	2017 (D)		
SEDUC	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional	00771 - Construção, ampliação, adequação dos espaços escolares e aquisição de equipamentos, mobiliários, veículos, laboratórios tecnológicos e acervos para as Escolas Estaduais de Educação Profissional.	R\$ 57,27	R\$ 48,75	020 - Ensino Integrado à Educação Profissional	020.1.01 - Ampliação da oferta de Ensino Integrado à Educação Profissional.	R\$ 38,53	R\$ 76,54	R\$ 168,07	
		00328 - Manutenção e funcionamento das Escolas Estaduais de Educação Profissional.	R\$ 121,58	R\$ 134,30		020.1.02 - Readequação da estrutura da Rede das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional.	R\$ 4,95	R\$ 1,31	R\$ 59,27	
		-	R\$ -	R\$ -		020.1.03 - Garantia da oferta dos serviços educacionais das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional.	R\$ 186,35	R\$ 154,89	R\$ 597,12	
		00834 - Aquisição e impressão de materiais pedagógicos, apoio a projetos de estudo e pesquisa e concessão de bolsas de estágio.	R\$ 30,06	R\$ 29,95		020.1.04 - Adequação da oferta e dos currículos de educação profissional às vocações territoriais e indução do desenvolvimento regional.	R\$ 1,37	R\$ 0,28	R\$ 1,64	
		-	R\$ -	R\$ -		020.1.06 - Apoio a atividades de formação profissional dos alunos.	R\$ 32,06	R\$ 24,86	R\$ 116,93	
<b>TOTAL SEDUC</b>			<b>R\$ 208,91</b>	<b>R\$ 213,00</b>	<b>TOTAL SEDUC</b>			<b>R\$ 263,25</b>	<b>R\$ 257,87</b>	<b>R\$ 943,03</b>
STDS	050 - Assistência Social	03180 - Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF, através dos CRAS.	R\$ 7,21	R\$ 7,24	080 - Proteção Social Básica	080.1.01 - Apoio ao atendimento as crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social.	R\$ 7,36	R\$ 7,32	R\$ 29,12	
<b>TOTAL STDS</b>			<b>R\$ 7,21</b>	<b>R\$ 7,24</b>	<b>TOTAL STDS</b>			<b>R\$ 7,36</b>	<b>R\$ 7,32</b>	<b>R\$ 29,12</b>
SRH/COGERH	041 - Gestão dos Recursos Hídricos	05273 - Readequação e modernização da estrutura de gestão, monitoramento e fiscalização dos recursos hídricos.	R\$ 0,46	R\$ -	-	-	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,46	
<b>TOTAL SRH/COGERH</b>			<b>R\$ 0,46</b>	<b>R\$ -</b>	<b>TOTAL SRH/COGERH</b>			<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ 0,46</b>
CIDADES	032 - Saneamento Ambiental	05384 - Implantação, Ampliação e Melhoria de Sistema de Esgotamento Sanitário.	R\$ -	R\$ -	025 - Abastecimento de Água, esgotamento sanitário e drenagem urbana	025.1.12 - Otimização de Sistemas de Esgotamento Sanitário.	R\$ -	R\$ -	R\$ -	
<b>TOTAL CIDADES</b>			<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>TOTAL CIDADES</b>			<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>	<b>R\$ -</b>
SEMA	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	03104 - Elaboração e implementação dos Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos e de Saneamento Ambiental.	R\$ 0,39	R\$ 1,11	064 - Resíduos Sólidos	064.1.04 - Implementação da Gestão Integrada da Política de Resíduos Sólidos.	R\$ 0,20	R\$ 0,17	R\$ 1,87	
		-	R\$ -	R\$ -	066 - Ceará Mais Verde	066.1.02 - Implementação de ações de Florestamento e Reflorestamento de Áreas Degradadas.	R\$ 0,05	R\$ 0,52	R\$ 0,57	
SEMACE	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	02840 - Elaboração de planos, estudos e projetos ambientais.	R\$ 0,62	R\$ -	066 - Ceará Mais Verde	066.1.08 - Publicação de Inventário Florestal do Estado do Ceará Elaborado.	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,62	
		-	R\$ -	R\$ -		066.1.09 - Promoção de ações voltadas à regularização ambiental de propriedades e posses rurais	R\$ -	R\$ 1,14	R\$ 1,14	
		05170 - Monitoramento, controle e fiscalização das Unidades de Conservação do Estado do Ceará.	R\$ 1,97	R\$ 1,34		066.1.12 - Ampliação do controle dos recursos ambientais em unidades de conservação do Estado do Ceará.	R\$ 0,57	R\$ 0,02	R\$ 3,90	
SEMACE	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais	04815 - Monitoramento, controle e fiscalização das áreas protegidas do Estado do Ceará.	R\$ 0,50	R\$ 0,02	067 - Ceará no Clima	066.1.13 - Ampliação das ações de proteção dos recursos ambientais das áreas protegidas do Estado do Ceará	R\$ 0,13	R\$ -	R\$ 0,65	
		-	R\$ -	R\$ -		067.1.09 - Implementação do monitoramento da qualidade do ar.	R\$ 1,87	R\$ 0,10	R\$ 1,97	
		02466 - Realização do monitoramento da poluição / contaminação dos recursos hídricos do Estado.	R\$ -	R\$ 0,02		067.1.11 - Realização de análise de qualidade dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará.	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,02	
SEMACE	500 - Gestão e Manutenção do CONPAM e vinculada	00001 - Ampliação, modernização da infraestrutura e desenvolvimento institucional do CONPAM e vinculada.	R\$ 1,51	R\$ 1,05	500 - Gestão e Manutenção da SEMA	500.1.02 - Ampliação, modernização da infraestrutura e desenvolvimento institucional da SEMA e vinculadas.	R\$ 0,14	R\$ 0,05	R\$ 2,76	
		-	R\$ -	R\$ -	<b>TOTAL SEMA</b>			<b>R\$ 0,25</b>	<b>R\$ 0,69</b>	<b>R\$ 2,44</b>
<b>TOTAL SEMACE</b>			<b>R\$ 4,60</b>	<b>R\$ 2,43</b>	<b>TOTAL SEMACE</b>			<b>R\$ 2,72</b>	<b>R\$ 1,32</b>	<b>R\$ 11,06</b>
FUNCEME	079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará	02846 - Ampliação e operacionalização da rede de monitoramento hidroagrometeorológico do Estado do Ceará.	R\$ 1,79	R\$ 2,27	018 - Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis	018.1.01 - Geração de dados e informações de tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias.	R\$ 1,82	R\$ 1,52	R\$ 7,41	
		02847 - Elaboração do mapeamento e monitoramento hidroambiental do Ceará.	R\$ -	R\$ 0,09		018.1.03 - Ampliação e modernização do sistema de monitoramento e previsão.	R\$ -	R\$ -	R\$ 0,09	
<b>TOTAL FUNCEME</b>			<b>R\$ 1,79</b>	<b>R\$ 2,37</b>	<b>TOTAL FUNCEME</b>			<b>R\$ 1,82</b>	<b>R\$ 1,52</b>	<b>R\$ 7,50</b>
<b>TOTAL</b>	<b>7 Programas</b>	<b>14 Iniciativas</b>	<b>R\$ 223,35</b>	<b>R\$ 226,15</b>	<b>8 programas</b>	<b>18 Iniciativas</b>	<b>R\$ 275,39</b>	<b>R\$ 268,71</b>	<b>R\$ 993,61</b>	

## Apêndice IV (Lista dos Projetos de Assistência Técnica PforR)

Nº	Órgão	Projetos	Subprojetos	Método de Aquisição	Status	Valor US\$	Valor R\$
1	ARCE	Recomendações para a estrutura do regulamento de gestão de resíduos sólidos e elaboração de instrumentos regulatórios.	Desenvolvimento de modelos de regulação da prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 342.109,75	R\$ 839.982,65
2	CGE	Auditoria Técnica dos Indicadores.	Auditoria Técnica dos Indicadores I.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 49.011,49	R\$ 110.824,79
3	CGE		Auditoria Técnica dos Indicadores II.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 18.343,14	R\$ 41.477,51
4	CGE	Desenvolvimento do Sistema de Informações Gerenciais.	Serviços de consultoria para análise de requisitos, definição de métodos, técnicas e procedimentos que auxiliem o desenvolvimento e a implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (NEGÓCIO SIEC).	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 284.089,71	R\$ 725.256,92
5	CGE		Consultoria para Implantação do Sistema de Informações Estratégicas de Controle (SISTEMA SIEC).	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 685.651,75	R\$ 2.130.443,48
6	CGE	Campanha de divulgação pública de dados - Educação Social	Desenvolvimento do Sistema Público de Relacionamento com o Cidadão.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 1.046.233,85	R\$ 3.467.885,29
7	CGE		Capacitação da população para o Controle Social.	LPN	Concluído Físico e Financeiro	\$ 267.522,72	R\$ 865.436,00
8	CGE	Capacitação para detecção de casos de fraude e corrupção e Treinamento sobre Gerenciamento de Contratos.	Capacitação para detecção de casos de fraude e corrupção e Treinamento sobre Gerenciamento de Contratos.	SMC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 89.644,51	R\$ 290.000,00
9	CGE	Apoio à adoção das Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.	Realização de treinamentos com foco no "apoio à adoção das normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público".	SMC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 61.026,58	R\$ 197.420,99
10	CGE	Gestão Documental.	Consultoria individual especializada, em gestão documental para diagnóstico da situação arquivística da CGE.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 24.411,82	R\$ 55.200,00
11	FUNCEME	Metodologia de Modelagem de Qualidade da Água.	Desenvolvimento de uma Metodologia de Modelagem de Qualidade de Água para os Reservatórios do Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 679.677,00	R\$ 1.666.842,98
12	IPECE	Suporte para a Unidade de Implementação do Projeto (UCP) IPECE - Consultores durante quatro anos.	Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará - CONSULTORES PLENOS.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 217.917,15	R\$ 573.621,24
13	IPECE		Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará - CONSULTORES PLENOS.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 87.313,64	R\$ 198.288,00
14	IPECE		Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. CONSULTOR JÚNIOR.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 21.227,67	R\$ 48.000,00
15	IPECE		Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. ANALISTA LICITAÇÕES.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 99.741,67	R\$ 274.027,56
16	IPECE		Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. ANALISTA LICITAÇÕES.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 57.046,31	R\$ 131.274,00
17	IPECE		Suporte Técnico Especializado em Licitações pelas Diretrizes do Banco Mundial para as Aquisições do Componente II do Projeto PforR Ceará. ANALISTA LICITAÇÕES.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 87.582,58	R\$ 245.688,92
18	IPECE		Suporte para IPECE especializado em Políticas Públicas para apoiar o IPECE nos Projetos de Assistência Técnica e na elaboração de estudos, pesquisas nos eixos do Projeto PforR.	Consultor Individual especializado em Políticas Públicas para apoiar o IPECE nos Projetos de Assistência Técnica e na elaboração de estudos, pesquisas nos eixos do PforR.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 141.873,05
19	IPECE	Desenvolvimentos de Sistemas - IPECEDATA e Monitoramento FECOP.	Desenvolvimento de sistemas de informação digital, para implementação e implantação de 02 (dois) sistemas denominados IPECEDATA e sistema de monitoramento e avaliação dos projetos e beneficiários do FECOP.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 736.581,02	R\$ 2.407.307,70
20	IPECE	Metodologias para Análise de Impacto Econômico.	Consultoria Especializada (Pessoa Jurídica), para Desenvolvimento de Metodologias para Análise de Impactos Econômicos, no Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 519.266,58	R\$ 1.720.136,97
21	IPECE	Empresa especializada na prestação de serviços de organização e realização de eventos e congressos.	Empresa especializada na prestação de serviços de organização e realização de eventos e congressos.	Pregão Eletrônico	Concluído Físico e Financeiro	\$ 95.878,66	R\$ 396.650,00
22	IPECE	Consultoria para a formulação de ferramentas de gestão: Produtividade Setorial do Trabalho e Inflação Interna.	Consultoria para a Formulação de Ferramentas de Gestão: Produtividade Setorial do Trabalho e Inflação Interna.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 302.115,06	R\$ 1.249.850,00
23	SDE	Modernização do Sistema de Monitoramento das Empresas Incentivadas	Desenvolvimento do sistema FDI (Modernização do Sistema de Monitoramento das Empresas Incentivadas).	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 388.117,50	R\$ 1.142.416,04
24	SDE		Impact Evaluation Workshop em Istambul.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 2.894,02	R\$ 6.543,95
25	SDE	Elaboração de um plano desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.	Elaboração de um plano desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 446.495,33	R\$ 1.648.409,15
26	SECTICE	Criação Observatório de Políticas Públicas Estaduais de Apoio a Ciência, Tecnologia e Inovação no Ceará.	Criação de um observatório de políticas públicas estaduais de apoio a ciência, tecnologia e inovação no Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 139.917,03	R\$ 452.631,58
27	SECTICE	Elaboração do Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará.	Elaboração do plano estadual de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 238.111,76	R\$ 770.291,53
28	SECTICE	Estudo para avaliar a viabilidade para um Parque Tecnológico no Estado do Ceará e fornecer recomendações.	Realização de estudo para avaliar a viabilidade para um parque tecnológico no Estado do Ceará e fornecer recomendações.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 57.428,61	R\$ 177.337,20

Nº	Órgão	Projetos	Subprojetos	Método de Aquisição	Status	Valor US\$ Memória de Cálculo	Valor em R\$
29	SEDUC	Suporte para reformular o teste de proficiência administrado aos alunos das escolas secundárias estaduais de educação profissional, tomando em consideração a possibilidade de desenvolver certificações de habilidades validadas e reconhecidas junto ao setor produtivo.	Elaborar as matrizes de referência e os itens para compor os testes da avaliação de desempenho dos estudantes do 3º ano de vinte cursos técnicos ofertados nas escolas estaduais de educação profissional do Estado do Ceará.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 267.202,02	R\$ 864.398,52
30	SEDUC	Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado.	Formação Continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado.	SQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 80.873,09	R\$ 261.624,46
31	SEDUC	Consultoria Individual para Apoiar na Reestruturação de Conteúdo e Formato do Portal Conexão trabalho Ceará.	Serviço técnico de consultoria individual para apoiar na reestruturação de conteúdo e formato do portal conexão trabalho Ceará.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 62.364,03	R\$ 258.000,00
32	SEDUC	Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional, Formação Técnica e Formação de Professores.	Consultor individual para consolidação e construção de banco de dados do programa de educação profissional do governo do Estado do Ceará.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 24.550,78	R\$ 79.421,76
33	SEDUC		Consultor individual para consolidação e construção de banco de dados do programa de educação profissional do governo do Estado do Ceará.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 11.159,44	R\$ 36.100,80
34	SEDUC		Impact Evaluation Workshop em Istambul.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 3.154,13	R\$ 7.132,11
35	SEDUC	Treinamento para os Coordenadores e Diretores de Creches.	CURSO sobre Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância para 01 técnico da SEDUC.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 4.466,03	R\$ 10.098,59
36	SEDUC		Realização de Treinamentos dos Instrumentais Utilizados na Avaliação De Impacto da Formação de Gestores de Educação Infantil e do Acompanhamento.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 6.850,73	R\$ 22.162,11
37	SEDUC		Desenvolvimento das ações de formação para gestores das creches e pré-escolas dos municípios cearenses beneficiados através do Programa de Fortalecimento Institucional da Educação infantil.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 254.128,36	R\$ 822.105,26
38	SEDUC		Empresa especializada para operacionalizar e executar os serviços de logística das ações de formação para gestores da educação infantil dos municípios cearenses beneficiados e da avaliação de impacto.	Pregão Eletrônico	Concluído Físico e Financeiro	\$ 108.660,04	R\$ 351.515,22
39	SEDUC		Serviço de Impressão Gráfica dos materiais de divulgação e dos materiais pedagógicos de apoio a formação para gestores da educação infantil dos 36 Municípios Cearenses beneficiados.	Shopping	Concluído Físico e Financeiro	\$ 15.783,62	R\$ 51.060,00
40	SEDUC		Empresa especializada para execução dos serviços de impressão gráfica dos materiais de divulgação e dos materiais pedagógicos de apoio à Formação para Gestores da Educação Infantil dos 36(trinta e seis) municípios cearenses beneficiados.	Shopping	Concluído Físico e Financeiro	\$ 1.185,63	R\$ 3.835,50
41	SEDUC	PADIN - Desenho , implementação, monitoramento e avaliação do piloto de apoio domiciliário.	Especialista em Avaliação de Programas para identificar o impacto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - PADIN sobre o desenvolvimento cognitivo e não cognitivo das crianças participantes do programa.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 4.139,40	R\$ 9.360,00
42	SEDUC		Desenvolvimento Infantil, com foco na educação, para o aprofundamento do referencial teórico e operacional do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN).	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 25.207,85	R\$ 57.000,00
43	SEDUC		Desenvolvimento Infantil, com foco na saúde, para o aprofundamento do referencial teórico e operacional do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN).	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 29.188,04	R\$ 66.000,00
44	SEDUC		Empresa especializada para elaboração de arte gráfica/design, revisão ortográfica, editoração, diagramação, revisão de conteúdo, expedição de arquivo digital e impressão gráfica dos manuais e cartilhas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - PADIN, da Secretaria da Educação.	Shopping	Concluído Físico e Financeiro	\$ 61.838,85	R\$ 139.830,00
45	SEDUC		Apoio logístico das formações do PADIN, incluindo Kits de Brinquedos - 08 Municípios.	Pregão Eletrônico	Concluído Físico e Financeiro	\$ 353.139,23	R\$ 1.113.840,10
46	SEDUC		Consultoria especializada em visitas domiciliares e para formação dos Agentes de Desenvolvimento Infantil e dos supervisores do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN).	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 278.645,92	R\$ 820.418,21
47	SEDUC		Consultoria para realizar Aplicação e Avaliar os resultados de Impacto do PADIN. (Coleta de Dados).	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 1.336.765,46	R\$ 3.935.245,42
48	SEDUC		Consultoria Individual para Coordenar o Trabalho de Campo para Avaliação de Programa PADIN.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 17.458,44	R\$ 45.694,11
49	SEDUC		Consultoria Individual para o desempenho da função de coordenadora de campo nas atividades de coletas de dados da Formação de Gestores da Educação Infantil.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 23.806,07	R\$ 77.012,64
50	SEDUC		Aquisição de passagem aérea para participação de técnica que integra a equipe Coordenação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil - PADIN no IV Simpósio - Lixo-Brasileiro de Estudos da Criança - Por uma Luta sem Fronteiras na Defesa dos Direitos da Criança na cidade de Goiânia - Goiás.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 655,38	R\$ 2.120,14
51	SEMA	Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental.	Elaboração do projeto "Avaliação do Impacto Econômico da Degradação Ambiental."	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 282.850,22	R\$ 863.474,22
52	SEMA	Capacitação para o pessoal técnico municipal.	Desenvolvimento e execução de projeto em educação ambiental para a qualidade da água nas três bacias estratégicas.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 266.182,85	R\$ 710.638,32
53	SEMA		Apoio Logístico para projeto de educação ambiental para qualidade da água nas três bacias estratégicas.	Shopping	Concluído Físico e Financeiro	\$ 96.162,05	R\$ 242.557,52
54	SEMA	Avaliação ambiental estratégica de políticas e programas do estado.	Elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de políticas e programas do Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 202.789,54	R\$ 563.157,73
55	SEMA	Projeto de lei para apoiar mercado de serviços ambientais	Desenvolver projeto de lei que institui o programa de serviços ambientais no Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 215.404,39	R\$ 696.833,21
56	SEMA	Planos de recuperação áreas degradadas (PRAD) por lições a céu aberto.	Elaboração do Plano de recuperação áreas degradadas (PRAD) por lições a céu aberto - 81 municípios.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 843.903,71	R\$ 2.608.864,60
57	SEMA	Implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas.	Desenvolver Implementação da Coleta Seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 478.827,98	R\$ 1.549.008,53

Nº	Órgão	Projetos	Subprojetos	Método de Aquisição	Status	Valor US\$	Valor R\$
29	SEDUC	Suporte para reformular o teste de proficiência administrado aos alunos das escolas secundárias estaduais de educação profissional, tomando em consideração a possibilidade de desenvolver certificações de habilidades validadas e reconhecidas junto ao setor produtivo.	Elaborar as matrizes de referência e os itens para compor os testes da avaliação de desempenho dos estudantes do 3º ano de vinte cursos técnicos ofertados nas escolas estaduais de educação profissional do Estado do Ceará.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 267.202,02	R\$ 864.398,52
30	SEDUC	Apoio na melhoria do desenho da formação continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado.	Formação Continuada voltados para gestores, professores e instrutores das escolas de educação profissional secundárias do Estado.	SQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 80.873,09	R\$ 261.624,46
31	SEDUC	Consultoria Individual para Apoiar na Reestruturação de Conteúdo e Formato do Portal Conexão trabalho Ceará.	Serviço técnico de consultoria individual para apoiar na reestruturação de conteúdo e formato do portal conexão trabalho Ceará.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 62.364,03	R\$ 258.000,00
32	SEDUC	Avaliação de Impacto de programas de Educação Profissional, Formação Técnica e Formação de Professores.	Consultor individual para consolidação e construção de banco de dados do programa de educação profissional do governo do Estado do Ceará.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 24.550,78	R\$ 79.421,76
33	SEDUC		Consultor individual para consolidação e construção de banco de dados do programa de educação profissional do governo do Estado do Ceará.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 11.159,44	R\$ 36.100,80
34	SEDUC		Impact Evaluation Workshop em Istambul.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 3.154,13	R\$ 7.132,11
35	SEDUC	Treinamento para os Coordenadores e Diretores de Creches.	CURSO sobre Programa de Liderança Executiva em Desenvolvimento da Primeira Infância para 01 técnico da SEDUC.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 4.466,03	R\$ 10.098,59
36	SEDUC		Realização de Treinamentos dos Instrumentais Utilizados na Avaliação De Impacto da Formação de Gestores de Educação Infantil e do Acompanhamento.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 6.850,73	R\$ 22.162,11
37	SEDUC		Desenvolvimento das ações de formação para gestores das creches e pré-escolas dos municípios cearenses beneficiados através do Programa de Fortalecimento Institucional da Educação infantil.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 254.128,36	R\$ 822.105,26
38	SEDUC		Empresa especializada para operacionalizar e executar os serviços de logística das ações de formação para gestores da educação infantil dos municípios cearenses beneficiados e da avaliação de impacto.	Pregão Eletrônico	Concluído Físico e Financeiro	\$ 108.660,04	R\$ 351.515,22
39	SEDUC		Serviço de Impressão Gráfica dos materiais de divulgação e dos materiais pedagógicos de apoio a formação para gestores da educação infantil dos 36 Municípios Cearenses beneficiados.	Shopping	Concluído Físico e Financeiro	\$ 15.783,62	R\$ 51.060,00
40	SEDUC		Empresa especializada para execução dos serviços de impressão gráfica dos materiais de divulgação e dos materiais pedagógicos de apoio à Formação para Gestores da Educação Infantil dos 36(trinta e seis) municípios cearenses beneficiados.	Shopping	Concluído Físico e Financeiro	\$ 1.185,63	R\$ 3.835,50
41	SEDUC		Especialista em Avaliação de Programas para identificar o impacto do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN sobre o desenvolvimento cognitivo e não cognitivo das crianças participantes do programa.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 4.139,40	R\$ 9.360,00
42	SEDUC		Desenvolvimento Infantil, com foco na educação, para o aprofundamento do referencial teórico e operacional do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN).	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 25.207,85	R\$ 57.000,00
43	SEDUC		Desenvolvimento Infantil, com foco na saúde, para o aprofundamento do referencial teórico e operacional do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN).	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 29.188,04	R\$ 66.000,00
44	SEDUC		Empresa especializada para elaboração de arte gráfica/design, revisão ortográfica, editoração, diagramação, revisão de conteúdo, expedição de arquivo digital e impressão gráfica dos manuais e cartilhas do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN, da Secretaria da Educação.	Shopping	Concluído Físico e Financeiro	\$ 61.838,85	R\$ 139.830,00
45	SEDUC	PADIN - Desenho , implementação, monitoramento e avaliação do piloto de apoio domiciliário.	Apoio logístico das formações do PADIN, incluindo Kits de Brinquedos - 08 Municípios.	Pregão Eletrônico	Concluído Físico e Financeiro	\$ 353.139,23	R\$ 1.113.840,10
46	SEDUC		Consultoria especializada em visitas domiciliares e para formação dos Agentes de Desenvolvimento Infantil e dos supervisores do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil (PADIN).	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 278.645,92	R\$ 820.418,21
47	SEDUC		Consultoria para realizar Aplicação e Avaliar os resultados de Impacto do PADIN. (Coleta de Dados).	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 1.336.765,46	R\$ 3.935.245,42
48	SEDUC		Consultoria Individual para Coordenar o Trabalho de Campo para Avaliação de Programa PADIN.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 17.458,44	R\$ 45.694,11
49	SEDUC		Consultoria Individual para o desempenho da função de coordenadora de campo nas atividades de coletas de dados da Formação de Gestores da Educação Infantil.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 23.806,07	R\$ 77.012,64
50	SEDUC		Aquisição de passagem aérea para participação de técnica que integra a equipe Coordenação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – PADIN no IV Simpósio – Luso-Brasileiro de Estudos da Criança – Por uma Luta sem Fronteiras na Defesa dos Direitos da Criança na cidade de Goiânia - Goiás.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 655,38	R\$ 2.120,14
51	SEMA	Avaliação do impacto econômico da degradação ambiental.	Elaboração do projeto "Avaliação do Impacto Econômico da Degradação Ambiental."	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 282.850,22	R\$ 863.474,22
52	SEMA	Capacitação para o pessoal técnico municipal.	Desenvolvimento e execução de projeto em educação ambiental para a qualidade da água nas três bacias estratégicas.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 266.182,85	R\$ 710.638,32
53	SEMA		Apoio Logístico para projeto de educação ambiental para qualidade da água nas três bacias estratégicas.	Shopping	Concluído Físico e Financeiro	\$ 96.162,05	R\$ 242.557,52
54	SEMA	Avaliação ambiental estratégica de políticas e programas do estado.	Elaboração de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de políticas e programas do Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 202.789,54	R\$ 563.157,73
55	SEMA	Projeto de lei para apoiar mercado de serviços ambientais	Desenvolver projeto de lei que institui o programa de serviços ambientais no Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 215.404,39	R\$ 696.833,21
56	SEMA	Planos de recuperação áreas degradadas (PRAD) por lições a céu aberto.	Elaboração do Plano de recuperação áreas degradadas (PRAD) por lições a céu aberto – 81 municípios.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 843.903,71	R\$ 2.608.864,60
57	SEMA	Implementação da coleta seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas.	Desenvolver Implementação da Coleta Seletiva nas três bacias hidrográficas estratégicas.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 478.827,98	R\$ 1.549.008,53

Nº	Órgão	Projetos	Subprojetos	Método de Aquisição	Status	Valor US\$	Valor R\$
58	SEMACE	Fortalecimento da gestão ambiental estadual	Elaboração do planejamento estratégico do meio ambiente e realizar cursos de Capacitação para os técnicos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 298.978,64	RS 967.195,89
59	SEMACE		Consultoria de Empresa Especializada que irá Desenvolver a Manualização dos Procedimentos Técnicos dos Setores Finalísticos da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 273.507,90	RS 672.609,00
60	SEPLAG	Concepção e implementação de metodologia de planejamento de investimentos.	Desenvolvimento de Metodologias para Planejamento e Avaliação dos Projetos Estratégicos de Investimentos do Poder Executivo do Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 504.550,12	RS 1.140.888,73
61	SEPLAG	Apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação inter-sectorial.	Apoio para o fortalecimento da Gestão por Resultados, incluindo mecanismos de coordenação inter-sectorial.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 1.171.522,32	RS 2.667.519,34
62	SEPLAG	Fortalecimento da participação do cidadão no planejamento e monitoramento das políticas públicas	Empresa especializada para prestar serviços de consultoria com o objetivo de fortalecer a participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas, planos, projetos e serviços públicos no Governo do Estado do Ceará.	SBQ	Concluído Físico e Financeiro	\$ 366.027,15	RS 1.025.662,05
63	SEPLAG	Auditoria da folha de pagamento e fortalecimento do controle e da gestão de da folha de pagamentos.	Empresa especializada para o desenvolvimento do modelo de auditoria e melhoria dos processos de Gestão de Pessoas que impactam na Folha de Pagamento dos servidores públicos civis e militares ativos, inativos e pensionistas, bem como exclusivos comissionados e temporários do Poder Executivo do Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 705.416,77	RS 2.245.000,00
64	SEPLAG		Desenvolvimento e Aplicação de Metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho do Poder Executivo do Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 986.183,94	RS 3.190.305,05
65	SEPLAG	Melhoria do Catálogo de Bens Materiais e Serviços.	Desenvolvimento do projeto de Melhoria do Catálogo de Bens Materiais e Serviços.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 238.726,47	RS 772.280,12
66	SEPLAG	Elaboração do plano de roteirização dos ônibus de transporte dos servidores do Estado do Ceará.	Consultoria pessoa física especializada para elaboração do novo plano de rotas para os ônibus de transporte dos servidores do Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba. ROTERIZAÇÃO	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 42.287,48	RS 136.800,00
67	SEPLAG	Elaboração do planejamento estratégico e diagnóstico para implantação de um sistema de uso de frota compartilhada e gestão de uso da frota dedicada no Estado do Ceará.	Consultoria pessoa física especializada para elaboração do planejamento estratégico e diagnóstico para implantação de um sistema de uso de frota compartilhada e gestão de uso da frota dedicada no Estado do Ceará.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 45.737,47	RS 147.960,72
68	SRH	Melhoria do Sistema de Gestão de Recursos Hídricos.	Análise e Integração dos Instrumentos de Gestão com Foco na Outorga, Cobrança e Fiscalização.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 490.799,80	RS 1.396.292,46
69	SRH		Sistema de Informação de Gestão dos Recursos Hídricos (cadastro, fiscalização, outorga, monitoramento qualitativo, segurança de barragens e medição) com Integração com o Sistema Administrativo Financeiro PROTHEUS.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 376.004,85	RS 1.306.323,41
70	SRH		Consultor Individual - Malha D'água.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 127.697,05	RS 345.600,00
71	SRH		Consultoria para avaliação socioambiental do projeto de apoio à melhoria da segurança hídrica e fortalecimento da inteligência na gestão pública do Estado do Ceará.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 59.753,17	RS 243.800,00
72	SRH		Elaboração do Diagnóstico do Abastecimento de Água das Sedes Municipais e Distritos Contemplados pelo Projeto Malha D'água - Sistema Adutor Banabuiú – Sertão Central.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 42.494,56	RS 175.800,00
73	SRH		Consultoria pessoa física para a Avaliação das Condições de Segurança das Barragens Relacionadas ao Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Estado do Ceará – PSHGP/CE.	Contratação Direta	Concluído Físico e Financeiro	\$ 18.274,11	RS 75.600,00
74	COGERH	Fortalecimento do Manejo Estadual de Recursos Hídricos.	Fortalecimento do Manejo Estadual de Recursos Hídricos.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 709.785,44	RS 1.954.015,54
75	COGERH	Plano de Segurança Hídrica.	Empresa para Elaborar o Plano de Segurança Hídrica.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 848.780,06	RS 2.403.327,11
76	COGERH	Consolidação dos Diagnósticos das Bacias Hidrográficas (Metropolitana, Acaraú e Salgado)	Consolidação dos Diagnósticos das Bacias Hidrográficas (Metropolitana, Acaraú e Salgado).	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 27.326,38	RS 61.790,40
77	STDS	Monitoramento e capacitação dos CRAS.	Consultoria Individual Especializada em Desenvolvimento Infantil, com Foco no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social para Crianças de 0 a 6 Anos e suas Famílias visando o Aprofundamento desse Referencial teórico operacional junto às Equipes de Referência dos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 64.213,69	RS 145.200,00
78	STDS		Aquisição de Serviços de Empresa Especializada na Elaboração de Arte Gráfica/Design, Revisão Ortográfica, Editoração, Diagramação, Revisão de Conteúdo, Expedição de Arquivo Digital e Impressão Gráfica dos Manuais para Capacitação das Equipes de Referência dos Centros de Referência da Assistência Social.	Shopping	Concluído Físico e Financeiro	\$ 63.174,42	RS 142.850,00
79	STDS		Capacitação de Equipes Técnicas dos CRAS de 36 municípios do Estado do Ceará.	LPN	Concluído Físico e Financeiro	\$ 354.604,28	RS 1.019.022,00
80	TCE	Fortalecimento institucional do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE).	Consultoria (pessoa jurídica) para realizar a automatização da análise dos processos de prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Ceará.	SBQC	Concluído Físico e Financeiro	\$ 787.691,17	RS 2.645.494,54
81	TCE		Consultor para implantar as Normas de Auditoria Governamental (Nags) no Tribunal de Contas do Estado do Ceará.	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 61.694,57	RS 139.503,76
82	TCE		Consultoria Individual Especializada para Implantar uma Área/Unidade de Informações Estratégicas, no Âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Ceará	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 100.915,62	RS 228.190,40
83	TCE		Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Organização e Realização de Eventos e Congressos à Realização do IV Congresso Internacional de Direito Financeiro.	Pegão Eletrônico	Concluído Físico e Financeiro	\$ 30.225,66	RS 97.780,00
84	TCE		Consultoria individual especializada a fim de realizar um diagnóstico de governança no âmbito do tribunal de contas do estado do Ceará	Consultoria Individual	Concluído Físico e Financeiro	\$ 84.972,43	RS 341.949,83
<b>TOTAL PROJETOS (A)</b>						<b>\$ 21.425.918,75</b>	<b>RS 64.175.554,48</b>
<b>FUNDO DE CONTIGÊNCIA (B)</b>						<b>\$ 3.486.581,25</b>	
<b>VALOR TOTAL DISPONÍVEL - COMPONENTE II</b>						<b>\$ 24.912.500,00</b>	
<b>PAGAMENTO TAXA FRONT-END FEE (C)</b>						<b>\$ 87.500,00</b>	
<b>VALOR TOTAL DISPONÍVEL AT (A + B + C)</b>						<b>\$ 25.000.000,00</b>	